

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE ABRIL DE 2008

NÚMERO 5.877

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1889
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 025ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 08/04/2008.....2
Ata da 002ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 08/04/200815
Ata da 003ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 08/04/200816

Atos da Mesa

Ato da Mesa23

Publicações Diversas

Avisos de Resultado.....23
Aviso de Licitação.....23
Ofício.....24
Portarias24
Projeto de Lei28
Projeto de Lei Complementar
.....28
Projeto de Resolução32

PLENÁRIO

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à remuneração do magistério estadual.
DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta-se a respeito do que vai ser deliberado na Ordem do Dia de hoje com relação ao magistério.
DEPUTADA ODETE DE JESUS - Enaltece o trabalho dos professores; pede o apoio do governador e do secretário da Educação às emendas da Oposição.

Horário dos Partidos Políticos

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Tece comentários a respeito da MP 0145/2008; fala na discriminação do governo com a terceira idade.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a falta de vontade do governo do estado em negociar com o servidor público.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à importância da educação no que se refere à transformação de uma sociedade.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Critica o governo do estado no que diz respeito a licitações.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra Prêmio Sebrae de Jornalismo; parabeneiza jornalistas da Casa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra os 60 anos da criação do Dia Mundial da Saúde e a importância da Saúde no país.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Manifesta apoio no sentido de encontrar um caminho para os pedidos da Educação.

Ordem do Dia

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Solicita a retirada dos vetos da pauta da sessão.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita inclusão *ex officio*, na pauta da Ordem do Dia do PL 0085/2008.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra o lançamento do novo *layout* do jornal *A Notícia*.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute o Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute o Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008; requer votação nominal para a referida matéria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

DEPUTADO HENEUS DE NADAL (pela ordem) - Diz que a MP já tem força de lei; manifesta-se contra o substitutivo global.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Manifesta-se contra o argumento do deputado Herneus de Nadal no que se refere à MP em pauta.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao substitutivo global; crítica posição do líder do governo com relação à matéria.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao substitutivo global.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao substitutivo global.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao substitutivo global.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda supressiva das folhas 32.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda supressiva das folhas 32.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha votação contrária à emenda supressiva das folhas 32.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda modificativa das folhas 33.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda modificativa das folhas 33.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda modificativa das folhas 33.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda modificativa das folhas 33.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha votação contrária à emenda modificativa das folhas 33.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda modificativa das folhas 34.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda modificativa das folhas 34.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha votação contrária à emenda modificativa das folhas 34.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha votação favorável à emenda das folhas 37.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação do Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha a votação do Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha a votação do Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do Projeto de Conversão em Lei de MP 0145/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência saúda os representantes do Sinte e da Associação Catarinense de Professores Ativos e Inativos. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

(Palmas das galerias)

Comunicamos ser temerário termos pessoas na galeria superior que não correspondam à quantidade de assentos. Tomamos essa medida por uma questão estrutural. Nós tivemos problemas no ano passado com o plenário interditado, em função de a estrutura ter sofrido problemas. E a recomendação técnica foi no sentido de que só estejam nas galerias pessoas que possam estar acomodadas sentadas. Seria uma temeridade tomarmos uma posição diferente dessa.

Mas disse aos líderes que há possibilidade de acomodarmos todas as pessoas na parte de baixo, ainda que não tenhamos lugares para todos. E vamos também, como já fizemos em outras ocasiões com êxito, pedir à assessoria que instale um telão no hall da Assembléia Legislativa para facilitar o acompanhamento da sessão ordinária que estamos realizando neste momento. De modo que queremos que tenhamos uma tarde democrática, em que possamos discutir a matéria alvo da presença de todos aqui: a conversão em lei da Medida Provisória n. 0145/2008.

A Presidência comunica ainda ao Plenário que enviou um ofício ao procurador-geral de Justiça, Gercino Gerson Gomes Neto, para que ele possa comparecer aqui, na forma da Constituição, para apresentar relatório de atividades do Ministério Público catarinense. Portanto, será amanhã, às 14h, no início da sessão.

Comunicamos ainda expediente recebido do presidente da CCJ, deputado Romildo Titon, do presidente da comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello, e do presidente da comissão de Serviço Público, deputado Jean Kuhlmann, vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler.)

"[...]"

Cumprimentando-o cordialmente, informamos que esta Comissão, na reunião do dia 04 de março, decidiu pela realização de audiência pública, conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina - IPREV (PLC/0050.6/2007), conforme calendário a seguir:

Dia 14/04 - Florianópolis - 8h30;

Dia 15/04 - São Miguel d'Oeste -

15h;

Dia 16/04 - Chapecó - 9h;

Dia 16/04 - Joaçaba - 19h30;

Dia 28/04 - Criciúma - 9h;

Dia 28/04 - Lages - 10h;

Dia 29/04 - Rio do Sul - 10h;

Dia 29/04 - Blumenau - 19h;

Dia 30/04 - Joinville - 14h[...]"[sic]

A Presidência comunica, então, esse calendário a todos os líderes, ficando neste período, em função das atividades no interior, suspensas as sessões deliberativas da Assembléia Legislativa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, saúde, especialmente, os catarinenses que participam da nossa sessão na tarde de hoje. São centenas de professoras e professores da ativa originários de todas as regiões do estado, a quem quero saudar. Mas gostaria de saudar muito especialmente os professores aposentados, os pensionistas. E faço-lhes uma saudação muito especial, porque os da ativa ainda têm algum tempo de contribuição a dar ao crescimento do nosso estado e da cidadania catarinense, mas vocês já fizeram a sua parte. Doaram 25, 30, 35 anos de trabalho e agora, quando deveriam estar em pleno gozo de uma aposentadoria decente, digna, justa, têm que vir aqui para dizer "não" a mais uma ação discriminatória de um governo que já provou que não gosta de aposentado e que não gosta da terceira idade. E é profundamente lamentável.

(Palmas das galerias)

Eu recordo da primeira campanha de Luiz Henrique da Silveira, ainda no ano de 2002, quando os deputados da base do governo, neste plenário, reclamavam que naquele governo que liderei nesta Casa, o governo do Esperidião Amin - que havia feito a reposição salarial de 28.5% ao longo dos quatro anos -, o magistério estava sendo maltratado.

O então candidato Luiz Henrique da Silveira, no seu primeiro compromisso, deputado Pedro Uczai, firmou com o magistério catarinense a promessa de, eleito sendo, equiparar o salário do professor do estado ao do professor do município de Joinville, que ele apresentava como o melhor salário de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Cadê o salário equiparado ao de Joinville? O que estamos vendo, deputada Odete de Jesus, de 2003 para cá é um verdadeiro desmonte da carreira do magistério público catarinense. A política de abonos, todos nós sabemos, é maléfica, destrutiva do plano de cargos e salários.

O servidor aposentado, então, está à mingua, na miséria. Recebeu apenas 1% em seis anos de mandato, deputada Odete de Jesus. Apenas 1% foi concedido de reposição salarial no mês de setembro de 2003, num período em que as perdas já somam quase 33%. O remédio aumentou no mínimo 33%; assim como a empregada doméstica, a faxineira, os serviços de transportes, que também aumentaram. E o professor recebeu 1%.

E aí o que me preocupa são as ilações que o governador tem feito - e diz o ditado que o pior mentiroso é aquele que acredita na sua mentira e que a reitera. Eu ouvia, para minha surpresa, uma entrevista do governador, há uma semana, na *Rádio CBN Diário*, dizendo que já foi concedido ao magistério - e que não entende por que alguns reclamam - 140% de aumento salarial, no período em que é governador.

(Manifestação das galerias)

Eu não sei de onde esses números são tirados. Mas eu só sei que, lamentavelmente, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Odete de Jesus, o reflexo desse abandono do magistério e de uma política salarial decente já começa a aparecer, para a nossa infelicidade, na página cinco do *Diário Catarinense* do dia de hoje, numa ampla matéria dando conta da queda assustadora da qualidade do ensino no estado de Santa Catarina. Diz a manchete: "Particulares garantem as notas mais altas". E das principais cidades catarinenses, apenas no município da Palhoça as escolas públicas aparecem em boa posição. Nas demais, lamentavelmente, começa a ser demonstrado o desmonte da Educação no nosso estado.

Quem ouviu a patética entrevista do secretário da Educação na Rádio CBN Diário, na manhã de hoje, percebeu a dificuldade para o secretário e o governo justificarem o injustificável, deputada Odete de Jesus. O prejuízo que este governo está causando à sociedade catarinense vai durar décadas. É sempre assim. É o PMDB passar pelo governo e tem-se que levar anos para reconstruir.

Foi assim com a ponte no primeiro governo, com os precatórios e com os salários atrasados do Paulo Afonso e agora com o desmonte da Educação, da Saúde e da máquina pública. Tudo porque precisa ser mantida uma estrutura puramente eleitoral, com 20 comissionados, 30 comissionados, que recebem salários de R\$ 2.000,00 a R\$ 6.000,00 em cada uma dessas secretarias e que não têm outra função a não ser eleger deputado, vereador, prefeito e entregar santinho. É para isso que serve essa máquina eleitoral que foi montada! Tanto é verdade que neste momento não se fala em outra coisa a não ser quem entra e quem sai, que secretário vai ser candidato a prefeito, a vice-prefeito e a vereador.

Duvido que, numa lição rápida, o governador consiga declinar o nome de dez dos 56 secretários. Não sabe! Vai ter que fazer um recenseamento. Daqui a pouco vão ter que chamar por alto-falante: "Você que é secretário regional apresente-se e faça o senso!" Porque o governador já não deve nem saber os nomes, tamanha é a politicalha que está sendo implementada por este governo, lamentavelmente, por toda Santa Catarina.

A reação de vocês que vieram, que estão aqui, derruba por terra o conceito que tem o secretário e o seu governo com relação ao magistério. Dizia o secretário, na manhã de hoje: "São apenas 1.500 barulhentos contra mais de 40 mil que estão felizes". Onde está essa legião de professores felizes? Certamente em cada secretaria de Desenvolvimento Regional existem 20 ou 25 felizes, porque foram indicados por alguém que não sei como vai votar aqui hoje, mas que não vai votar a favor da massa.

Por isso, vamos hoje, nesta Casa, ter a oportunidade de ver o voto de cada um, até porque aqui todo mundo tem um parente, um indicado, lá, com esse bom salário, na Regional. Mas depois vamos poder fazer um debate em cada região. Nós estamos aqui, deputado Pedro Uczai, para cobrar, no mínimo, aquilo que o nosso governo prometeu: a reposição salarial a todos os servidores. Esse desmonte da Educação, já refletido na grande imprensa catarinense de hoje, tem que chegar ao fim. E o pior é que para continuar servindo a capricho, um crime lesa-pátria se avizinha na Educação de Santa Catarina. Está em curso, em processo rápido, a terceirização da merenda escolar do nosso estado, numa operação milionária. E quem vai fazer isso são as empresas que já colocaram prefeitos presos em vários municípios do Brasil.

Contem conosco! Estamos à disposição!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, professoras, professores, educadores do estado de Santa Catarina que participam desta sessão plenária, na tarde de hoje, inicialmente, gostaria de fazer um convite a todos os parlamentares para participarem da reunião, nesta sexta-feira, da frente parlamentar de deputados estaduais de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, quando estaremos reunidos com o governador do Mato Grosso do Sul, para discutir o projeto ferroviário que ligará esses estados. Por isso, quero estender aqui o convite a todos os deputados estaduais, para irmos juntos a Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, deputado Antônio Aguiar, para discutir o Projeto de Integração Ferroviária entre esses três estados da federação.

Estivemos no Paraná, na semana passada, reunidos com o governador Roberto Requião. Nesta semana, estaremos com o governador do Mato Grosso do Sul, e na semana seguinte, com o nosso governador do estado. A próxima agenda será com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para incluir no PAC o Projeto de Integração Ferroviária.

Em segundo lugar, falarei sobre a Educação, eis que não poderia ser diferente nesta tarde. O deputado Pedro Baldissera também fará uso do horário dos Partidos Políticos, hoje, para discutir o tema da educação, ou seja, o Prêmio Educar, que está na pauta da sessão de hoje. Toda a bancada do Partido dos Trabalhadores terá oportunidade de se manifestar sobre esse tema.

Mas antes de falar sobre o Prêmio Educar, quero dizer da nossa alegria, pois ontem teve início a obra da Udesc em Chapecó, deputado Moacir Sopelsa e deputados do oeste de Santa Catarina, a construção do *campus*, a estrutura para o Curso de Zootecnia. E a minha alegria é porque quando fomos prefeito da cidade de Chapecó, colocamos na agenda uma pauta política, ou seja, a necessidade da universidade pública e gratuita para o oeste, particularmente com sede no município de Chapecó. Ontem começou a obra com recursos do governo do presidente Lula, R\$ 500 milhões, mediados e intermediados pelo nosso companheiro, o deputado federal Cláudio Vignatti, através de emenda parlamentar.

Srs. deputados, a nossa alegria é também porque no ano passado relocalamos na agenda política desta Casa o art. 171 da Constituição do estado, quando foram aprovados 10% para a Udesc, que poderão ser disponibilizados este ano com os recursos do art. 171 e mais R\$ 1,5 milhão. Então, esta é uma boa notícia, e quero aqui dizer da alegria de ver aprovado o art. 171.

Vamos falar agora sobre o Prêmio Educar. A nossa bancada, composta pelos deputados Pedro Baldissera, Dirceu Dresch, Décio Góes, Jailson Lima e pela deputada Ana Paula Lima, junto com os demais deputados da Oposição, apresentou um substitutivo global para discutir o futuro da educação no estado de Santa Catarina.

Prêmio que é castigo?! Que política pública é essa que não constrói uma carreira na perspectiva da formação de professores, de educadores com graduação, com pós-graduação, mestrado e doutorado, que na hora de se aposentar não o podem fazer com dignidade, como acontece com os funcionários da Epagri?

O que vamos votar aqui, deputado Moacir Sopelsa, é que quanto mais a pessoa trabalha, quanto mais se qualifica, mais será castigada, porque mais se aproxima da aposentadoria e aí perde seus direitos, direito de estudar e de ter dignidade. O que se está discutindo aqui é a quebra, é o desmonte, é a destruição do futuro da educação pública em Santa Catarina.

(Manifestação das galerias)

É isso que está em discussão! Não é só a aposentadoria dos professores, não são apenas os seus salários! Seria muito corporativismo da nossa parte! A nossa bancada defende o futuro da qualidade da educação no estado, e não há qualidade se não houver dignidade para os professores. Não existe qualidade, se não houver motivação para o professor trabalhar, estudar, qualificar-se e socializar a experiência construída, socializar esse conhecimento. E quando for se aposentar, que seja de maneira digna. E espero que cada deputado verifique essas verdades; por isso, apresentamos o substitutivo.

Srs. deputados, temos que construir políticas públicas para recuperar o salário, o poder de compra corroído não só pela inflação, mas pela falta de reposição acumulada nos últimos anos. Em segundo lugar, temos que universalizar direito e paridade salarial.

(Manifestação das galerias)

Vamos fazer. Por que não? Temos que fazer isso ao invés de prêmio para alguns e castigo para outros, o que divide a categoria. O governo pode dividir a categoria, pode fragmentar, pode fragilizar o movimento grevista dos professores, mas isso não é fundamental. O que se está comprometendo é o futuro, a qualidade da educação não só dos professores, mas dos filhos do povo de Santa Catarina, dos agricultores, dos trabalhadores, o do futuro da qualidade. Está aí o diagnóstico da educação. É isso que está em discussão.

Então, não é corporativismo dos professores, não é corporativismo dos deputados da nossa base, mas, sim, discutir a motivação de ser professor, discutir a motivação da profissão de educador. Eu sou professor há 20 anos e tenho prazer de ser professor universitário, mas sei que lá na frente tenho uma política de carreira. Eu sei. Estou fazendo mestrado, doutorado, e há o horizonte da universidade, como há na Epagri, como há na Eletrosul, como há em qualquer empresa. Mas na Educação isso não existe, pois a estão destruindo.

Então, hoje não estaremos votando os R\$ 200,00 para os professores efetivos ou os R\$ 150,00 para os especialistas, em março e agosto, respectivamente. O que estamos votando hoje é o prêmio para alguns e o castigo para outros. Estamos destruindo a carreira e o horizonte dos professores; estamos destruindo o futuro de uma política pública, na qual a Educação tem que ser coisa séria, fundamental, para um governo que quer fazer deste estado um estado que produza dignidade humana.

É isso que está em discussão. Não é só o salário, não é só a condição de vida de trabalho dos professores, mas, sim, a garantia que as crianças, que os adolescentes, que os jovens tenham acesso à escola pública, tenham dignidade naquela escola e condições de estudar. Em todos os lugares que querem terceirizar a merenda escolar, mas isso é para tirar a qualidade. Já vivenciei isso em Chapecó, como em outros espaços que precisam melhorar para o futuro, sim.

Então, hoje, cada deputado aqui não vai só votar prêmio para uns e castigo para outros. Os deputados aqui, a partir de hoje, assumem a responsabilidade de desistir qual educação se quer para Santa Catarina, para os filhos dos catarinenses e para o povo de Santa Catarina. É isso que está em jogo! Quando se destrói a paridade salarial, a política de carreira, a política que valoriza a qualificação profissional para todos os professores que hoje estão na ativa...

Eu dizia há poucos dias que quem agora fizer um concurso na Epagri e for graduado ganhará R\$ 2,3 mil por mês e vai terminar a carreira com R\$ 4,5 mil. Um graduado concursado, hoje, que entrou na Epagri, que vai fazer pós-graduação e especialização, poderá terminar a carreira com R\$ 5,5 mil. Um graduado, concursado, que esta semana assumiu na Epagri, fazendo mestrado, vai concluir sua carreira com R\$ 6,5 mil. Um graduado da Epagri, que hoje assumiu a Epagri, esta semana, fazendo doutorado, vai terminar sua carreira com R\$ 8 mil. Motiva trabalhar? Motiva estudar? Motiva se qualificar? Sim! E é essa a direção que queremos para a Educação de Santa Catarina, para construir qualidade, porque senão o resto é demagogia, é hipocrisia do poder público.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda em Breves Comunicações, inscrito para falar a eminente deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, integrantes da mesa, srs. deputados, amigos que nos acompanham através da Rádio Alesc Digital, através da TVAL, colegas professores, que nos prestigiam com as suas presenças, imprensa falada, escrita e televisada, hoje, como outras tardes, este plenário da Assembléia Legislativa está sendo palco de grandes reivindicações. E muito me alegro quando vejo a minha categoria unida, cada vez mais unida, cada vez mais presente, marcando presença, reivindicando e cobrando um direito que está na Constituição.

(Manifestação das galerias)

Eu sou professora há 33 anos. Sou alfabetizadora, trabalhei com crianças, no pré-escolar, com alunos de 1ª série, aliás, já atuei em todas as séries, já trabalhei com a 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª série e também atuei no 2º grau.

Sr. presidente, por acaso eu tinha na minha pasta uma matéria do dia 4 de abril, do *Diário Catarinense*, da coluna de economia, que fala sobre a cesta básica, que ultrapassa os R\$ 200,00 em Florianópolis. O óleo de soja subiu 50%, em seis meses. E eu gostaria que isso fosse registrado.

Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, tenho certeza de que v.exa. está atento ao pronunciamento desta professora deputada. V.Exa. é um deputado da base governista e vai nos ajudar muito.

(Manifestação das galerias)

Gostaria de dizer que com todo este aumento da alimentação não dá para sobreviver, pois o professor precisa comer para viver, precisa ficar firme e forte para enfrentar a sala de aula, para poder agüentar o repuxo do dia-a-dia.

(Manifestação das galerias)

O professor precisa de um tratamento odontológico; precisa, de vez em quando, também fazer seus exames periódicos; professor também adocece e precisa de internamento, e tudo custa dinheiro.

Então, quero dizer para v.exas. que estamos unidos, que nós, das bancadas de Oposição, somos poucos - hoje, somos só 14 deputados -, mas temos perseverado e temos, muitas vezes, aqui neste grande palco de leis, neste casarão, alcançado conquistas, mesmo sendo poucos.

Sr. presidente, hoje vamos poder nos manifestar. A população catarinense vai poder saber com quais deputados pode contar, com quem a família catarinense pode contar, porque as famílias têm filhos e esses filhos precisam ir para a escola. E qualidade de vida é educação, porque famílias desinformadas perecem.

Então, quero dizer para v.exas. que votarei contra o projeto original, cuja relatoria foi do brilhante deputado José Natal, meu colega de Parlamento. Agora, v.exa. já sabe a minha posição.

(Manifestação das galerias)

Sou contra o projeto original, vou votar contra. Vou votar a favor das emendas que nós, as bancadas de Oposição, apresentamos.

(Manifestação das galerias)

Quero dizer a v.exas. que na escola, na educação, na família - eu já me referi a isso no pronunciamento anterior - não pode haver discriminação, os filhos têm que ser todos tratados igualmente. Aqueles filhos que já trabalharam, que já deram tudo de si, que já plantaram, não podem ser discriminados, de maneira alguma.

Os inativos, atuante deputado Professor Grando - v.exa. é professor e vai concordar comigo, vai achar que tenho razão -, já plantaram muito! Existem momentos em que a pessoa planta, planta e depois tem que ir à colheita desse fruto que ela plantou. Então, o nosso posicionamento é este.

O governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, tem uma caneta muito abençoada, uma caneta com tinta preciosa, porque a assinatura dele é muito importante para nós, professores, para essa categoria que faz um papel múltiplo, levando informação e formação de caráter às nossas crianças, aos nossos jovens. Então, que o governador e o secretário Paulo Bauer, à frente de uma pasta tão importante, reflitam e atendam ao apelo desta deputada que é também professora.

Quero deixar registrado nos anais desta Casa que tenho 33 anos de magistério. E já poderia estar aposentada, mas ainda não estou. Inclusive, recorro com tristeza do tempo em que recebia o meu salário à prestação, em três parcelas.

O professor precisa de ajuda, neste momento, porque a inflação está alta, a cesta básica aumentou, o professor precisa se alimentar, precisa pagar aluguel. Então, vamos nos unir, os 40 deputados, e votar a favor das emendas que apresentamos.

Sr. presidente, quero, para completar, convidar os srs. deputados para que participem da audiência pública sobre a dengue. Vamos trabalhar na prevenção. Essa audiência pública será realizada aqui, no Auditório Antonieta de Barros, na quinta-feira, às 14h. Conto com a presença de todos!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado José Natal, v.exa. fará uso da palavra pelo PSDB?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Não, sr. presidente.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, nossos educadores e educadoras, eu gostaria, na tarde de hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, de trazer presente alguns aspectos que dizem respeito à Medida Provisória n. 0145/2008, encaminhada pelo governador do estado de Santa Catarina, que trata do Prêmio Educar. E essa medida foi, por muitas vezes, aqui batizada pelo nosso companheiro, deputado Pedro Uczai e por outros parlamentares como "prêmio castigo", exatamente pela forma que tem sido apresentada a esta Casa, propondo agora um abono de R\$ 100,00 e no final do ano, a partir de agosto, mais R\$ 100,00.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com o PP e com o PRB, teve todo o cuidado de ouvir, nesse pequeno processo, os segmentos que compõem a nossa classe de educadoras e educadores, através do Sinte, e "retrabalhar" uma proposta que pudesse preencher, pelo menos em tese, ou amenizar, a perspectiva dos nossos educadores e educadoras.

Não é a melhor proposta, mas está dentro daquilo que propõe o governo do estado, atendendo em parte a nossa classe de educadores e educadoras, apresentando o

substitutivo global, contemplando 5% neste momento e prevendo, ao mesmo tempo, no ano de 2009, mais 5%, amenizando, desta forma, o processo discriminatório por parte do governo de deixar grande parte dos nossos educadores e educadoras fora do processo, além, é claro, da nossa terceira idade, dos nossos aposentados e aposentadas.

(Manifestação das galerias)

Aliás, quero dizer aqui que, infelizmente, no governo de Luiz Henrique da Silveira, desde 2003, a terceira idade vem sendo totalmente discriminada.

(Palmas)

Quero aproveitar este momento para dizer que todas as nossas prefeituras municipais, desde 2003 para cá, através da secretaria da Ação Social, receberam apenas uma parcela do convênio que muitos e muitos anos outros governos tinham o compromisso de repassar para a terceira idade.

Então, não é novidade esse momento que nós estamos vivendo. Não é novidade essa política excludente, discriminatória, que o governo vem implementando ano após ano. Agora, se de um lado nós temos uma política que discrimina, que não valoriza, por outro lado, nós temos um trato totalmente diferenciado. Mas, professores e professoras, apesar de todas as restrições que o governo de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira, do PMDB, vem implementando, os cargos de comissão, os diretores de escola vão ter 18% de aumento.

(Manifestação das galerias)

O mesmo projeto de lei estabelece um incremento no vencimento dos cargos de comissão, de diretores de escola, de 18%, e o restante é tratado com as migalhas que sobram. E não é só isso. Eu vim acompanhando atentamente, acho que são dados importantes para a nossa classe de professoras e professores, que as secretarias Regionais gastam, anualmente, em torno de R\$ 600 milhões para manter essa estrutura que nada mais é - e isso é compreendido por toda a nossa sociedade - uma estrutura eleitoreira. Para isso há montanhas e montanhas de dinheiro, mas para cuidar da nossa educação, que passa por um dos piores momentos, segundo dados trazidos aqui, hoje, com relação a Santa Catarina, nós não temos nenhum tipo de incentivo, nenhum tipo de investimento.

E não é só isso! Se nós formos olhar só para os próximos anos, o governo do estado de Santa Catarina tem previsto no Orçamento do Plano Plurianual em torno de R\$ 260 milhões para publicidade e propaganda. E nós não temos 5% para atender, de uma forma justa e igualitária, ou menos injusta, os nossos educadores e educadoras.

Por isso a bancada do Partido dos Trabalhadores vai fazer aqui novamente a defesa do substitutivo global apresentado na comissão de Finanças que, infelizmente, não tem sensibilizado a base do governo. Nós vamos votar e vamos fazer a defesa do substitutivo global e faremos a defesa também das emendas que nós apresentamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu quero aproveitar a oportunidade, até o próximo orador ser chamado, para anunciar e registrar a presença também em nosso meio, além de educadores, de uma grande liderança nossa de Florianópolis, que almoçou conosco, com a bancada do Partido dos Trabalhadores, e faço aqui em meu nome e em nome de toda a nossa bancada, que é o nosso companheiro de grande liderança Nildão, que está acompanhando esta sessão no plenário. Ele é a nossa liderança aqui da capital do estado e queremos que ele seja o próximo prefeito da capital dos catarinenses.

Bem-vindo, Nildão, bem-vindo, companheiro, à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Bem-vindo, Nildão, à nossa Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, servidoras e servidores públicos do estado de Santa Catarina, especialmente o magistério público estadual aqui presente em grande número, na tarde de hoje, gostaria de anunciar que depois de mais de um ano e três meses buscando reabrir as negociações em torno do pagamento que falta pagar da Lei n. 254 e cansados de esperar, a diretoria da Aprasc está convocando as praças da Polícia e dos bombeiros de todo o estado para uma assembleia geral no dia 23 de abril, na Capital.

Temos em mãos essa edição especial do jornal *O Praça*, convocando as praças para essa mobilização, que por certo já conta com a participação de um grande número de companheiros do estado, sempre na expectativa de que possamos reabrir as negociações.

No entanto, temos percebido há muito tempo que não existe disposição para negociação por parte do governo também com relação aos servidores da Segurança Pública, assim como não teve com relação aos servidores da Educação e não está tendo com os servidores da Saúde. Essa é a realidade que temos anunciado nesta tribuna desde o ano passado, ou seja, a falta de diálogo com o governo do estado sobre as questões que são caras para os servidores estaduais.

Então, as praças voltarão às ruas no dia 23 de abril, e para isso precisamos do apoio de todos os trabalhadores e de todos os setores da sociedade que consideram importante a segurança pública para a nossa sociedade.

Temos falado durante toda a semana desta tribuna, tenho lido cartas e e-mails de professores e professoras do estado inteiro, como essa, por exemplo, que ainda não consegui ler. Temos trabalhado nessa perspectiva e discutido com autoridades do governo, com o líder do governo, no sentido de reabrir esse diálogo, para retomar a negociação. Mais uma vez a classe trabalhadora mostrou toda a sua generosidade quando na assembleia disseram que estavam à disposição para discutir o mesmo gasto, o mesmo valor, desde que numa proposta que contemplasse o conjunto da categoria.

Dizia o governo que para pagar os R\$ 100,00 de abono custaria muito. Os professores disseram então que incorporasse a quantidade que fosse possível com o mesmo recurso que vai pagar, pelo menos não haveria discriminação, situação de injustiça. E essa generosidade da nossa classe nos emociona, porque ela é capaz de abrir mão de direito àqueles professores que vão receber R\$ 200,00 dizendo: "Eu sei que a outra proposta vai passar e se a gente entender isso para os aposentados será mais justo, embora eu vá receber menos."

Então, essa generosidade da classe não faltou. Faltou sensibilidade do governo para abrir a negociação com o sindicato e com a categoria organizada.

(Manifestação das galerias)

Outra questão é que tem sido anunciado que daqui a um mês o governo vai apresentar uma proposta para contemplar os servidores aposentados. Pelo menos isso o governo poderia ter feito até a data de hoje. E eu me sinto muito mal em ter que avaliar esse projeto sem que o governo diga: "Olha, vamos fazer isso para contemplar os aposentados e outros professores impossibilitados de trabalhar".

Nós esperávamos, e é isso que os professores esperam, essa resposta por parte do governo, para aliviar esse clima de angústia que ronda a categoria no estado inteiro. Podem dizer que é por falta de dinheiro, mas não é. O documento do governo diz que no exercício de 2007 o governo gastou menos de 40% com a folha de pagamento, mas pode gastar até 49%. Então, não foi por falta de dinheiro.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, quando falamos em educação não podemos esquecer que a educação foi, é e será um instrumento de transformação de uma sociedade.

Os bons exemplos que temos da educação vêm de outros países, e podemos copiar o que é bom, aquilo que faz com que a população de um país, de um estado ou de uma comunidade possa ser instrumento de transformação para o desenvolvimento econômico e social e que eleva o nível de qualidade de vida.

Quem não lembra a Coréia do Sul ou da Espanha há três décadas? Países que estavam pior que o Brasil em educação e hoje são exemplos para o mundo. Por que será? É porque houve investimento no conhecimento, e quando falo em educação estamos falando em conhecimento mais amplo.

Aí cada um pode fazer a sua reflexão e a sua avaliação, mas acredito e entendo que para haver educação, conhecimento, é necessário um conjunto de ações, de investimentos em áreas físicas, em equipamentos, em tecnologia, mas acima de qualquer coisa, de investimento naquele que transfere o conhecimento, que é o professor.

(Palmas das galerias)

Podemos ir um pouco mais além, porque não é apenas educação, conhecimento, mas, sim, a qualidade da educação, que podemos avaliar através do Enem. Também podemos levar em consideração o grau de evasão escolar, de aprendizado, de repetência e de permanência, quando vemos que em Santa Catarina, e digo isso com tristeza, principalmente o ensino médio está cada vez decaindo mais, deputado Joares Ponticelli, ao contrário do que almejamos, ou seja, a evolução na qualidade da educação. Por conta disso, deparamo-nos, aqui, em Santa Catarina, com essa medida provisória que está pretendendo valorizar, mas valorizar parcialmente, valorizar apenas um grupo de colaboradores. Mas não entendemos assim.

Educação quem faz é o professor, mas também é aquele que já fez, que já deu a sua contribuição. Não podemos esquecer, deputado Joares Ponticelli, que esse projeto, ou que essa medida provisória, sequer passou pela comissão de Educação, tanto é a pressa, a agilidade. E eu dizia na comissão de Tributação que em vez de ser uma medida provisória deveria ser um projeto de lei, para ser debatido amplamente com a classe, com a categoria dos professores.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não! Ouço v.exa., deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero cumprimentar v.exa. pela linha do pronunciamento. E nesse mesmo prisma quero dizer que não consigo compreender que prioridade é essa do tal Prêmio Educar - prêmio para poucos e castigo para muitos -, que vai comprometer apenas alguns milhares de reais por mês. Não pode! O governo não cede para incorporar em percentuais de 3%, 4%, ou 5%, mais isonômico, para todas as categorias do magistério. Para isso não pode, mas para priorizar, deputado Silvio Dreveck, a aquisição de uniformes escolares que só são distribuídos em ano de campanha... Isso é grave, deputado Silvio Dreveck. Uniformes escolares em nosso estado só são distribuídos em ano de eleição, porque uniforme foi transformado em material de campanha.

(Manifestação das galerias)

E o que é mais grave ainda: para a aquisição de uniforme, não existe descentralização. Por que não passam o dinheiro para cada escola confeccionar o seu uniforme, lá naquela malharia da própria comunidade? Não! Aí não tem descentralização! Os uniformes, deputado Silvio Dreveck, foram comprados pela bagatela de R\$ 45 milhões, de uma empresa de São Paulo, gerando emprego e renda naquele estado! Essa é a diferença.

Mas diz o governo: "Mas não pode, é a licitação." Licitação dirigida, licitação combinada, licitação de cartas marcadas, como são as licitações para a contratação da família Berger, do prefeito da capital, para fazer a vigilância das escolas.

(Manifestação das galerias)

É um governo, deputado Silvio Dreveck, que está utilizando os recursos públicos para o enriquecimento ilícito dos seus. Os contratos com as empresas da família Berger na educação e agora na Celesc são a demonstração disso. A licitação dirigida do uniforme escolar, que não foi descentralizado para cada regional, para cada escola fazer o seu, valorizando as malharias de fundo de quintal... E o que é pior...

(Palmas das galerias)

E o que é pior, e vou alertar mais uma vez, porque na tarde de hoje vou receber, junto com a nossa bancada, um conjunto de informações que a partir de amanhã vamos trazer ao Plenário, deputado Valmir Comin, mostrando que as empresas que terceirizaram merenda escolar de municípios e que já colocaram prefeitos na cadeia estão encontrando terreno fértil para trazer essa corrupção para o nosso estado, lamentavelmente.

(Manifestação das galerias)

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli. V.Exa. falou com muita propriedade, é questão de priorizar.

E se podem se manifestar dizendo que não existe dinheiro, porque não diminuir as secretarias regionais? Aí vamos ter dinheiro.

(Palmas das galerias)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

(Pausa)

O D25 abre mão do seu horário. Os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dezesseis minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só gostaria de fazer um registro: o Sebrae faz a entrega do Prêmio Jornalismo, e matérias relacionadas às indústrias do Brasil inteiro concorrem a esse prêmio. Quero parabenizar o jornalismo da Casa, as repórteres Suelen Costa e Tatiana Kinoshita, a nossa Assembléia Legislativa, que por conta de uma matéria da Santatec estão concorrendo ao Prêmio Sebrae de Jornalismo. Parabéns, portanto, à assessoria de comunicação da Casa em nome dessas duas profissionais que estão concorrendo com outros jornalistas do Brasil inteiro.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Continua com a palavra o Sr. Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, senhoras e senhores, no dia de ontem os profissionais da Saúde festejaram os 60 anos da criação do Dia Mundial da Saúde, criado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde, a OMS.

Senhoras e senhores, pode parecer apenas mais uma data atribuída a determinado motivo para ser festejado, mas esta é diferente. É muito diferente, porque o Dia da Saúde é uma data especial para refletirmos sobre a importância que deve ser dada à qualidade de vida das pessoas e a necessidade de se promover investimentos em favor disso.

Em nosso país estamos vivendo um momento crítico, com uma epidemia de dengue no Rio de Janeiro, que é um grande conglomerado populacional, onde um mosquito transmite uma doença que mata principalmente crianças. Então vejam que lá, como aqui, o saneamento ambiental ganha grande importância social e é um instrumento eficaz para a promoção da saúde.

Saúde pública é mais do que o somatório da saúde das pessoas, é um instrumento para o desenvolvimento social e econômico e está intimamente relacionada à educação, à qualidade das habitações, ao equilíbrio social das comunidades, enfim, com a própria paz social.

A dimensão dos desafios pode ser traduzida em dados como os revelados por recente pesquisa do IBGE, em que se constatou que no Brasil 34 milhões de pessoas nunca foram ao dentista. A maior parte também não tem água com flúor em suas casas, e são também elas as mais acometidas por doenças diarreicas. O saneamento ambiental, por isso, tem efeito imediato na redução dessas enfermidades, ao romper o ciclo vicioso que se estabelece quando o paciente é medicado e devolvido para o ambiente insalubre.

Neste sentido, vejam a importância do esforço conjunto feito pelos governos federal, estadual e municipal aqui em Florianópolis, ao atacar de frente obras de infra-estrutura, especialmente no saneamento, aqui bem próximo desta Assembléia Legislativa, para beneficiar mais de 60 mil pessoas que residem na área do Maciço do Morro da Cruz, o que envolve nada menos que 16 comunidades densamente povoadas.

Ao abordar a questão dos investimentos na Saúde, não poderia deixar de realçar o esforço do governo de Santa Catarina, quer no saneamento básico, buscando levar água e esgoto às comunidades que precisam desse benefício..."

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) (Faz soar a campanha) - Pedimos às pessoas das galerias que deixem o deputado terminar o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - "...pela Casan ou por ações em unidades hospitalares, como acaba de acontecer na Maternidade Dona Catarina Kuss, em Mafra.

Agora, no final de março, o governo inaugurou uma unidade de terapia neonatal, que marca um investimento de quase R\$ 2 milhões. São cinco leitos para alto risco para recém-nascidos e quatro para os cuidados intermediários, que ficam disponíveis numa unidade onde nascem, em média, 120 crianças ao mês."

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) (Faz soar a campanha) - Por uma questão de ordem, gostaria de pedir às galerias, principalmente porque são todos professores, que deixem o deputado concluir o seu pronunciamento.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, nós, os deputados, estamos, para nossa satisfação, com o plenário repleto de professores, educadores. E nós estamos, sr. presidente, em plena democracia; portanto, se faz necessário que possamos ouvir os deputados que ocupam os seus espaços e os seus horários, e está havendo uma falta de elegância com o deputado Antônio Aguiar e com o seu pronunciamento.

(Manifestação das galerias)

Só peço que os nobres professores, os tão sofridos professores, que estão aqui democraticamente externando os seus pensamentos, possam pelo menos ouvir, dar liberdade ao deputado Antônio Aguiar de externar o seu pensamento, que é muito importante para Santa Catarina, por favor.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu comungo do pensamento do deputado Darci de Matos. Os professores estão aqui numa reivindicação que entendemos que é justa, mas temos que analisar o outro lado. Agora, apenas um detalhe, os senhores ouçam atentamente o pronunciamento do deputado e assim que ele terminar, façam a sua manifestação. A liberdade que os senhores querem nós também queremos! Os senhores são educadores. E como educadores devem dar o exemplo. Não fica bonito.

(Manifestação das galerias)

Fica, sr. presidente, registrado que os senhores professores têm o seu direito, mas devem ouvir atentamente o pronunciamento do deputado. E que o senhor tome as providências regimentais, se isso não acontecer.

Muito obrigado!

(Manifestação das galerias)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Este deputado gostaria de agradecer a educação que os senhores professores tiveram neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro dos minutos restantes destinados ao PMDB, com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não era eu o deputado inscrito para falar, mas vou falar.

Grande parte dos professores que estão aqui me conhecem e eu também os conheço, principalmente os da serra catarinense e de Lages. Tenho amizade com muitos professores que conheci trocando experiências, escutando, negociando e discutindo, e são esses que estão aqui reivindicando aquilo que é um direito na democracia e o que é melhor para a classe.

Nós estamos aqui na Assembléia Legislativa também tentando achar um rumo e o melhor para Santa Catarina e para a classe. Ninguém está aqui querendo enfrentar alguém.

(Palmas das galerias)

Se nós viemos aqui discutir e pedir o apoio desta Casa, nós devemos dar educação a este Parlamento que aqui está constituído pelo povo! Não exigimos mais nada do que a educação que vocês dão a todas as nossas crianças catarinenses!

Conheço os professores! Não é virando as costas para o Parlamento que vamos discutir, negociar, reivindicar, ganhar, mas sim negociando e pedindo aos srs. deputados que nos apoiem, para acharmos um caminho para os aposentados, um caminho para aqueles que estão necessitando de saúde. Juntos, vamos achar um caminho, e sem confronto. Vamos encontrar um caminho na discussão da Educação, nos pedidos para a nossa Educação. É isso que penso.

Deputado Kennedy Nunes, estou empenhado, sim, em achar a saída melhor para a Educação, porque conheço os professores. E vamos conseguir construir as saídas negociando, conversando e tendo harmonia e educação, o que é pertinente neste momento, neste plenário.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não! Concedo um aparte ao nobre líder Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, estava ouvindo atentamente a sua fala e só fiquei em dúvida quando disse que este Parlamento tem que ter educação. Não entendi se somos nós os mal-educados ou se são os professores os mal-educados.

(Manifestação das galerias)

Eu não entendi por que este Parlamento precisa de educação!

Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Kennedy Nunes, há uma coisinha lá da serra catarinense - e quem é de lá sabe bem: nenhum de nós foi pego a cachorro nem nasceu filho de pai assustado. A educação é mútua: a das galerias e a nossa, de todos os nossos professores. Foi isso que eu falei.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Desculpe-me, mas eu não sou mal-educado, deputado! Essa parte não me pertence!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mas, deputado Kennedy Nunes, pelo que diz o regimento da educação... Na sua primeira fala eu dei o aparte e na segunda v.exa. me roubou um aparte, porque eu não tinha concedido o aparte. Então, v.exa. faltou com a educação e não seguiu o Regimento Interno desta Casa no segundo aparte que deu a este deputado, que está ocupando a tribuna no horário destinado ao PMDB.

Para finalizar, srs. deputados, devo dizer que todos queremos achar os caminhos. Nenhum de nós quer o confronto e não encontrar um caminho. A bancada governista, a bancada de Oposição, todos querem encontrar o melhor caminho, que será encontrado através do diálogo e da educação. Aquilo que fizemos lá em Lages com vocês, quando recuperamos o desmonte do governo passado no Colégio Industrial, no CIS, que tinha sido desmontado... E hoje o CIS tem as melhores notas do Enem. É por aí que vamos encontrar o melhor caminho para a nossa Educação catarinense. E aqui fala um deputado com bastante educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de registrar que ontem foi o Dia do Jornalista e, portanto, quero parabenizar os nossos importantes profissionais, trabalhadores do jornalismo desta Casa e também todos os que trabalham nessa área de comunicação. Já que não houve sessão ontem, nós os cumprimentamos hoje!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o eminente líder do governo, deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, considerando...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha) - Esta Presidência solicita respeito com relação à fala do deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Considerando a magnitude e a importância da matéria que estamos discutindo, aproveito da ensejo para solicitar a v.exa., com a aquiescência dos srs. líderes, que sejam retirados da pauta todos os vetos e assim possamos retomar a discussão dos vetos num outro momento mais adequado e mais oportuno, para que hoje possamos discutir com toda a tranqüilidade esse projeto que é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência, com a aquiescência dos líderes, retira de pauta os projetos citados pelo líder do governo.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, concordamos com o deputado Herneus de Nadal no que diz respeito à retirada dos vetos, até porque temos a medida provisória e teremos um pouco mais de tempo para a discussão.

Mas há um projeto de lei que foi hoje votado e aprovado nas comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público, o PL n. 0085/2008, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, da cidade de Santo Amaro da Imperatriz, sr. presidente, que está pronto para vir a plenário.

Então, solicito que seja incluído *ex officio* na Ordem do Dia.

(As lideranças aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - De acordo com os srs. líderes, será votado o projeto a pedido do deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o eminente deputado de Joinville Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não poderia deixar de registrar que hoje, às 20h, em Joinville, com a presença certamente de inúmeras autoridades do estado de Santa Catarina, o nosso jornal *A Notícia*, que neste ano completa 85 anos de atuação com compromisso com a nossa comunidade, lançará o seu novo *layout*, transformando-se em um tablóide.

Nessa nova concepção também haverá de valorizar ainda mais a cultura e a pujança econômica do município de Joinville, do norte e, sobretudo, do estado de Santa Catarina.

Portanto, está de parabéns a direção do jornal *A Notícia*, de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência também parabeniza o jornal *A Notícia*, de Joinville, pela sua maneira de conduzir o referido tablóide.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória 0145/2008, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que concede o Prêmio Educar aos servidores ativos, ocupantes do cargo de professor, especialista em assuntos educacionais, assistente técnico-pedagógico e assistente de educação, do quadro do Magistério Público Estadual, e aos professores admitidos em caráter temporário da secretaria de estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e esta-belece outras providências.

Conta com o parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o líder do PP, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Entendemos que essa medida provisória é bastante polêmica. E a nossa bancada, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, o PRB e o deputado Sargento Amauri Soares, apresentou um substitutivo global que, na verdade, foi derubado nas comissões. Mas entendemos que esse projeto merece ser apreciado aqui no Plenário.

Por isso a apresentação desse substitutivo no plenário, para que possamos apreciar, entendemos que é merecida não só para os professores em atividade, mas, sim, para todos os educadores que estão, hoje, fazendo a educação em Santa Catarina.

Portanto, sr. presidente, o nosso apelo é para que seja colocada em apreciação a nossa emenda proposta.

Obrigado, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra para discutir a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também quero me associar às palavras do líder do Partido Progressista, deputado Silvio Dreveck, para que possamos apresentar ao plenário, que é soberano... Sabemos que temos aqui a maioria das agremiações partidárias, e assim todos os deputados poderão conhecer as emendas apresentadas por todas as bancadas, pelo Partido Progressista, pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Partido Democrático Trabalhista e pelo Partido Republicano.

Sr. presidente, v.exa. tem sido tão amigo de todos catarinenses e dos professores que, tenho certeza, vai atender ao nosso pleito.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em discussão ainda o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória 0145/2008.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, por tudo aquilo que já foi debatido, por todo esse tempo que temos conversado com os dirigentes do Sinte, com a Associação Catarinense dos Professores, com diversos segmentos do magistério que aqui estão representados, essa presença maciça aqui hoje derruba por terra as manifestações que o governo tem feito através da imprensa de que o magistério está feliz, de que o magistério está satisfeito. Aqui estão representantes de todas as regiões do estado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

Em homenagem a essa perseverança, em homenagem a esses que estão aqui vigilantes desde que essa medida provisória entrou na Casa, eu também me associo ao projeto substitutivo que subscrevemos conjuntamente com a bancada do Partido dos Trabalhadores, com a deputada Odete de Jesus, com o deputado Sargento Amauri Soares. E já que a votação na comissão de Finanças foi tão apertada, foi 4 a 4, quero pedir não só ao presidente Jorginho Mello, que lá na comissão não pôde votar de outra forma, mas também aos demais, para que aqui em plenário possam homenagear o magistério catarinense tão castigado e votando a favor do substitutivo.

(Palmas das galerias)

Quero também, sr. presidente, requerer desde já que a votação seja nominal, no painel, para que todos saibam como os srs. deputados votam.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, juntamente com as bancadas da Oposição, é aberta, é pública, não só no âmbito das comissões, mas também deste plenário. E por isso a votação hoje é importante. Aqui não é discussão de Situação ou Oposição. Não estamos discutindo aqui se a base do governo tem maioria ou minoria. O que está em discussão aqui, não acolhendo o substitutivo global que permite a universalização e a manutenção da paridade salarial no Magistério Público Estadual, é o futuro da Educação. Por isso, a nossa bancada, junto com as bancadas de Oposição, solicita que seja apreciado o substitutivo global, que por um voto não foi vitorioso no âmbito da comissão de Finanças e Tributação. Portanto, esta Assembleia, expressando a divisão da própria comissão, poderá permitir, democraticamente, que seja apreciado neste plenário.

E uma das nossas posições é que, efetivamente, os deputados tenham a sensibilidade de recuar da posição que veio do Executivo e deem um voto de confiança no futuro da Educação de Santa Catarina, respeitando os professores, respeitando os especialistas, respeitando todos aqueles que constroem a educação em Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Antes de votarmos o projeto de conversão, devemos apreciar requerimentos diversos, recebidos pela Presidência.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede destaque para discussão e votação em plenário da emenda substitutiva global ao PCL n. 0145/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - A medida provisória, depois de editada e publicada, passa a ter força de lei. Portanto, já no mês de março foram depositados valores do Prêmio Pró-Educar de R\$ 100,00 na conta dos servidores contemplados pela MP.

Por isso mesmo não há como, sr. presidente, aprovar a emenda substitutiva global...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Pedimos a colaboração de todos para que possamos dar seqüência à votação.

A Presidência permitirá a manifestação dos presentes logo após a manifestação dos oradores.

Tem a palavra assegurada o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Não há como aprovar a emenda substitutiva global pelas seguintes razões: o valor do reajuste constante do art. 2º do substitutivo global tem a impossibilidade de ser concedido, porque teríamos que retirar os valores já depositados no mês de março da conta do servidor.

(Manifestação das galerias)

Por isso, encaminhado, sr. presidente, contrariamente à emenda substitutiva global. Voto contrário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encaminhado pelo líder do governo.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, somos totalmente contra o argumento do líder do governo. Veja bem: aqueles que já tiveram o recurso da medida provisória depositado em suas contas nada têm a ver com o substitutivo global. O que o substitutivo global garante é o seguinte: quando o professor ficar doente, ele vai continuar recebendo.

(Palmas das galerias)

Quando falamos em aumento, é para que todos recebam, os ativos e os inativos. Isso é o que está no substitutivo global!

(Palmas das galerias)

Agora, querer dizer aqui que não dá para aprovar o substitutivo global, dando isonomia a todos os servidores da Educação, porque vai ter que retirar da conta dos que já tiveram o dinheiro, isso é, no mínimo, brincar com a inteligência do professor! Nós não podemos pensar nisso!

O que adianta o professor receber o abono agora em março e, se ele ficar doente, no mês que vem não receber? O que queremos é que todos recebam esse recurso de forma igualitária: os que estão na sala, os que não estão na sala e, principalmente, os que já estiveram na sala e não estão mais por uma questão de tempo de serviço. Por isso, o nosso encaminhamento é para que possamos votar o substitutivo global. Se o governo fala tanto em seriedade, em valorização da Educação e se tem o dinheiro para pagar em forma de abono para quem está em aula, também tem o dinheiro para passar a todos os professores. É isso que garante o substitutivo global.

Por isso, estamos pedindo para que o voto seja "sim" pelo substitutivo global, para provar que, daí sim, o governo está preocupado com todos e não somente com alguns.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto se v.ex.a. encaminhará a votação em nome da bancada do PMDB?

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Encaminho em nome da bancada e também para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Nós estamos em processo de encaminhamento de votação. Quem encaminha a votação...

(Manifestação das galerias)

Por favor, peço a compreensão das pessoas que estão nas galerias para que possamos...

(Manifestação das galerias)

Não há condições de continuar a sessão.

Esta Presidência suspenderá a sessão por até dez minutos. E se não houver condição de votar em função da falta de possibilidade de se ouvir o som, teremos que tomar outras providências.

Está suspensa esta sessão por até dez minutos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Srs. deputados e sras. deputadas, está reaberta a sessão.

Peço às galerias que contribuam com o andamento da sessão, e a Presidência vai permitir, da melhor maneira possível, que ao final de cada fala dos srs. parlamentares a galeria possa se manifestar, para que esse evento seja legitimamente democrático.

Estamos ainda em encaminhamento de votação. Quem encaminha a votação, na forma do Regimento Interno, são os srs. líderes.

Consulto se o sr. deputado Décio Góes fará o encaminhamento em nome da bancada do PT. O deputado Décio Góes encaminha votação em nome da liderança do PT?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sim, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, fizemos um apelo para que se acate o requerimento do substitutivo global, porque seguindo o raciocínio do líder do governo, não precisamos de Parlamento em Santa Catarina, porque a medida provisória já tem valor de lei, não pode ser alterada, não pode ser emendada, não se pode fazer absolutamente nenhuma análise sobre ela, porque já estariam depositados os valores, e o efeito dela já teria sido consolidado. Então, passa a ser, inclusive, um absurdo em relação às prerrogativas desta Casa.

É importante que se faça o debate, vote o substitutivo global, que se analise uma proposta extremamente alternativa e conciliatória, porque não será gasto um centavo a mais do que o governo está pretendendo investir na Educação. Porém, é preciso que esse debate em torno da emenda substitutiva seja realizado e não tolhido, para que esta Casa possa cumprir sua atividade legislativa.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores encaminha a votação no sentido de votar a emenda substitutiva.

(Manifestação das galerias)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome da bancada do Partido Progressista, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o Partido Progressista, co-autor da emenda substitutiva global, entende que ela vem beneficiar todos aqueles que pertencem à educação, os ativos e os inativos. Portanto, o nosso encaminhamento é "sim", ou seja, a favor do substitutivo global.

Muito obrigado!
(Manifestação das galerias)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu já havia feito a minha manifestação, mas estou apenas reforçando-a, devido a toda essa somatória de pronunciamentos dos parlamentares aliados aos professores e aos inativos, porque não queremos essa discriminação. Eu também me associo, e sou aliada aos demais parlamentares que me antecederam e também vamos votar pelo substitutivo global.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, em nome da Bancada do PDB, o seu líder, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, quero dizer que a nossa assinatura na emenda substitutiva global que concede o reajuste linear de 5% a todo o magistério estadual vem no sentido de atender a uma reivindicação da categoria. Foi uma emenda discutida com o sindicato, de acordo com o espírito da categoria da última assembleia, que estaria de acordo, inclusive, que aqueles com menos tempo de serviço acabariam recebendo menos, mas que fosse contemplada toda a categoria e não apenas os que estão em sala de aula, excluindo aqueles que estão aposentados ou, por um motivo ou outro, fora da sala de aula.

Quero esclarecer também que é a posição individual deste parlamentar, com mandato autônomo nesta Casa Legislativa. É uma posição individual e haverá de ser a posição favorável à emenda substitutiva global.
(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Houve requerimento para que a votação fosse nominal.

A Presidência acata, e a votação será realizada no painel.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam e os que votarem "não" rejeitam.

Está aberto o painel de votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENÇON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 11 votos "sim", 22 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o substitutivo global.

(Manifestação das galerias)

A Presidência informa que ainda temos sobre a mesa sete requerimentos de emendas, agora ao projeto de conversão, uma vez que o substitutivo foi derrubado.

Passaremos a apreciar emenda por emenda.

A partir do primeiro requerimento, que requer o destaque para discussão e votação, a discussão já está encerrada. Podemos apenas encaminhar a votação, pelo Regimento, da emenda supressiva, às folhas 32, ao projeto de conversão.

A Presidência lê o teor da emenda.

"Art. 1º - Fica suprimido o parágrafo I do art. 2º, do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0145."

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O que estamos propondo - e para nós o fundamental dos destaques é o destaque seguinte - é que como nós fomos derrotados aqui para dar paridade salarial e isonomia aos servidores, do ponto de vista de aumento salarial, todos os nossos destaques agora trabalham em outro espírito, ou seja, assumindo e incorporando a derrota aqui neste plenário, estamos encaminhando a possibilidade de estender os direitos do Prêmio Educar para o conjunto dos servidores públicos do magistério.

Nas folhas 32, o tratamento é isonômico e, depois, nas folhas 33, isso vai ficar claro, com outra emenda de destaque que os nossos deputados da base da Oposição defenderam, com relação aos ativos e aos inativos.

Por isso, a partir de agora queremos discutir o conteúdo do projeto do Prêmio Educar. Essa emenda de destaque isonômica dá tratamento igual para todos e depois vêm os percentuais e os destaques seguintes para serem aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck, líder do PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, diante da emenda supressiva, também somos favoráveis à aprovação da emenda de autoria do Partido dos Trabalhadores. Portanto, a nossa bancada é favorável ao encaminhamento da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Recomendamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhado o voto "não" pelo deputado Herneus de Nadal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
 DEPUTADO SERAFIM VENZON não
 DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "não", 11 votos "sim" e nenhuma "abstenção".

Está rejeitada a emenda.

(Manifestação das galerias)

O requerimento que está sobre a mesa requer destaque para a votação em plenário da emenda modificativa de folhas 33 ao Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0145.

A Presidência passa ler o teor da emenda:

"Art. 1º - Concede Prêmio Educar aos servidores ativos, inativos e ocupantes de cargos de professor, especialista em assuntos educacionais, assistente técnico pedagógico e assistente de educação, do quadro do magistério público estadual, e aos professores admitidos em caráter temporário, da secretaria de estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial, e estabelece outras providências.

Art. 2º - Fica instituído a partir de 1º de março de 2008 o Prêmio Educar aos servidores ativos, inativos, ocupantes de cargos de professor, especialistas em assuntos educacionais, assistente técnico pedagógico e assistente de educação, do quadro do magistério público estadual, e aos professores admitidos em caráter temporário da secretaria de estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial."

Esse é o teor da emenda, cujo destaque é requerido.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento da votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento da votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero só fazer uma consulta. Quero saber se é possível discutir a emenda em destaque, dentro do ponto de vista do mérito, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. O deputado Dirceu Dresch vai colocar a posição do partido em relação ao mérito da emenda em destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sr. deputado, a matéria já foi discutida. Cada líder ou cada bancada tem cinco minutos para fazer o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, o deputado Dirceu Dresch vai fazer o encaminhamento em nome da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, professores, trabalhadores do serviço público que estão aqui honrando sua profissão e lutando pela defesa da sua categoria que é tão importante, pois que atuam com os nossos jovens, com as nossas crianças, com o nosso estado, para preparar os trabalhadores deste estado para o futuro, nós, parlamentares, não admitimos que os trabalhadores que estão na inativa, que deram sua vida pela educação, que trabalharam a vida toda e que agora estão aposentados, não sejam beneficiados por um investimento na política pública estadual, não sejam beneficiados com a incorporação desse prêmio, desse retorno econômico.

(Palmas)

Então, partimos do princípio da isonomia, do direito de todos os trabalhadores públicos, de todos os trabalhadores da Educação receber esse mesmo tratamento. É injusto, para quem não está em sala de aula, para quem se está preparando para voltar para a sala de aula, para dar um ensino de melhor qualidade ao estado, ser desrespeitado neste momento. É um desrespeito também às pessoas que estão com problema de saúde, que não têm condições de continuar trabalhando para tratar da sua saúde, não receberem esse benefício.

Assim sendo, entendemos que é injusta essa medida provisória. Por isso, estamos propondo aqui uma emenda modificativa, estendendo para todos os trabalhadores da Educação o Prêmio Educar, aos servidores inativos, ocupantes de cargos de professor especialista em assuntos educacionais, técnicos pedagógicos, assistente em educação e do quadro do magistério público estadual.

(Palmas)

Esta é a nossa defesa, sr. presidente e srs. deputados, ou seja, que de fato não sejam prejudicadas pessoas que trabalham na Educação, pessoas que se estão preparando para dar uma educação melhor, pessoas que se estão especializando, pessoas que estão com problema de saúde. Por isso, estamos defendendo aqui esta emenda modificativa e para isso pedimos a todos os srs. deputados e sras. deputadas a sua aprovação.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o líder do PP, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu peço ao deputado Joares Ponticelli que faça sua manifestação em nome do PP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli, em nome do PP, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, esta é a terceira tentativa que faremos na tarde de hoje. Os deputados da base governista já perderam duas oportunidades para dar a resposta que o magistério espera desta Casa Legislativa nesta tarde.

Desejo que haja agora o aproveitamento, deputado Pedro Uczai. Se houve implicância em função do que já foi pago no mês passado - como disse o líder do governo -, para converter em percentual o volume de recursos dispensados ao pagamento do abono - que não conseguimos aprovar, pois só conseguimos 11 votos -, quem sabe os deputados governistas possam fazer, neste momento, uma reflexão.

O que pretendemos com essa emenda é apenas estender o benefício também ao servidor aposentado. Não é possível que o servidor aposentado mereça deste Parlamento o mesmo tratamento discriminatório e desprezível que vem recebendo por parte do governo do estado.

(Palmas)

Eu quero dirigir-me à terceira idade, porque cada um tem que usar os argumentos que possui. Vemos aqui na base do governo vários deputados que são candidatos à prefeitura neste ano.

(Manifestação das galerias)

Quanto à terceira idade, não esqueçam, deputados, é hoje o segmento da sociedade mais organizado deste estado. E certamente a folha dessa votação vai chegar a cada grupo da terceira idade - eis que se reúnem semanalmente -, para dizer que além de o governo discriminar também tem avalistas aqui, nesta Casa, que não gostam da terceira idade, que não gostam dos aposentados.

(Manifestação das galerias)

Faço um apelo à sensibilidade dos governistas: se não há outro motivo, reflitam. Nós estamos aqui através do voto. Esses são os poucos elementos que temos para quem só recebe 11 votos aqui. Portanto, este é o momento de reflexão.

Queremos apenas estender esse benefício aos inativos, deputada Odete de Jesus, para tirá-los dessa discriminação que o governo vem promovendo quando as perdas já somam quase 33% ao longo deste mandato. Apenas 1% foi concedido. Esse prêmio muito pouco representa, em face de tantas perdas salariais que já tiveram esses servidores que dedicaram a vida inteira ao trabalho.

Conclamamos, portanto, à base do governo para que nos ajude a aprovar essa emenda, a fim de que possamos estender aos inativos que tanto contribuíram para o crescimento do nosso estado esse benefício do Prêmio Educar.

(Palmas)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, não quero me alongar muito, quero apenas complementar os pronunciamentos dos colegas parlamentares que me antecederam.

Quero dizer a v.exas. que eu recebi vários e-mails, várias cartas, vários telefonemas de professores do interior, os quais fizeram muitos apelos. Inclusive tenho aqui, não vou citar o nome dela, o que disse uma professora:

(Passa a ler.)

"Sou professora primária, tenho 25 anos de serviço, pós-graduada, final de carreira, trabalho na Escola de Ensino Martinho Ghizzo, de Tubarão."

Não vou ler todo o texto.

(Continua lendo.)

"Perdi minha aposentadoria, pois não pensavam ou nem imaginavam como deveria ser o trabalho de um professor com 40 horas semanais em uma sala de aula."

E essa professora - depois posso até dar cópia para v.exas., dentre outros e-mails que recebi -, fala o seguinte:

(Continua lendo.)

"Então, ele não é prêmio, ele me castiga nos momentos mais difíceis, sem contar que minhas expectativas de poder melhorar estão nas mãos de homens que ajudei a formar, gerei seus empregos e..."

Srs. deputados, essa professora está fazendo um apelo!

Sr. presidente, eu não me sentiria bem em votar este Prêmio Educar, mesmo sendo uma professora de carreira, com 33 anos de magistério. Eu não conseguiria colocar a minha cabeça no travessão e dormir em paz depois de votar nesse projeto, nessa medida provisória, sabendo que existem os inativos, aqueles que já trabalharam, sendo que muitos deles estão hoje doentes, estão precisando. Eu não me sentiria bem fazendo isso, sr. presidente.

Então, eu faço um apelo a v.exas. para apertar na teclazinha "sim" e votar junto, unindo-nos para retribuir o que os professores fizeram para nós, ou seja, formaram v.exas. e ajudaram-nos também na formação do caráter e, diga-se de passagem, são excelentes parlamentares. Por isso, conto com o apoio de v.exas.

Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu não usarei todo o tempo. Só quero dizer que tenho em mãos um documento da secretaria de estado da Fazenda, que é o relatório da gestão fiscal, versão simplificada, do ano 2007, ou seja, do ano passado, assinado no dia 30 de janeiro de 2008, que trata dos gastos dos Poderes e órgãos do estado no exercício de 2007.

Como nós sabemos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e esse documento é uma exigência desta lei, determina que o Poder Executivo não pode gastar mais de 49% da receita corrente líquida com folha de pessoal. E o limite prudencial é de 46,55%.

No ano de 2006, no ano anterior, portanto, conforme esse mesmo documento do ano passado, o estado, o Poder Executivo, gastou com a folha de pagamento de pessoal 43,99% da receita corrente líquida. E no documento daquele ano - isso já era previsível, e nós falamos sobre esse assunto o ano passado inteiro desta tribuna - consta que o estado arrecadava cada vez mais, mas que os salários continuavam parados.

Neste ano, isso nos surpreende, porque o estado, o Poder Executivo, gastou apenas 39,92% da receita corrente líquida com salário. Então, pelo limite legal máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal poderia gastar mais 9,8%, e este valor de R\$ 778 milhões, que é o que estava na folha em janeiro, a arrecadação, a receita corrente líquida, dá mais de R\$ 60 milhões por mês. Com esse dinheiro dá para pagar a Lei n. 254 inteira, dá para pagar o abono de R\$ 200,00 para todos os professores, dá para resolver as demandas salariais de todos os servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Portanto, manifestamos a nossa posição favorável à emenda, dizendo que certamente esses R\$ 200,00 para os professores aposentados e para os demais que estão afastados da função por problemas de saúde ou por estudo com certeza não quebrariam os cofres do estado, não comprometeriam o governo com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim sendo, a nossa posição é favorável à emenda, que busca conceder os mesmos R\$ 200,00 de abono a todos os professores, a todo o magistério estadual, estendendo também para aqueles que pelo projeto original, pela MP original, estão fora.

Muito obrigado!

(Palmas)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, dia 12 é o prazo final para a conclusão dos estudos com relação ao impacto relativo às melhorias que se pretende proporcionar aos inativos.

O encaminhamento com relação a esta emenda é "não".

Muito obrigado!

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -

Em votação.

A Presidência solicita a abertura do painel para a votação nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" acatam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal através do painel eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPENSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 21 votos "não", 11 votos "sim" e nenhuma abstenção.

Esta rejeitada a emenda.

A próxima emenda é a emenda modificativa, de folhas 34, ao PCL n. 0145/2008, de folhas 30.

A Presidência passa a ler a emenda.

Na emenda está o seguinte:

"Art. 1º - O inciso I do art. 2º passa a tramitar com a seguinte redação:

I - R\$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes do cargo de professor, com carga horária de 40 horas semanais, que passarão a perceber R\$ 200,00 (duzentos reais) a partir de agosto de 2008;

Art. 2º - O inciso II do art. 2º passa a tramitar com a seguinte redação:

II - R\$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes do cargo de professor do Quadro do Magistério da Fundação Catarinense de Educação Especial, que atuam na Apaes e nos campus da Fundação, com carga horária de 40 horas semanais, que passarão a perceber R\$ 200,00 (duzentos reais) a partir de agosto de 2008; e

Art. 3º - O inciso III do art. 2º passa a tramitar com a seguinte redação:

III - R\$ 100,00 (cem reais), de março a julho, para os ocupantes de cargos de especialista em assuntos educacionais, assistente técnico-pedagógico e assistente de educação, com carga horária de 40 horas semanais, atuando na unidade escolar, que passarão a perceber R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir de agosto de 2008."

Art. 4º - O § 2º passa a tramitar com a seguinte redação:

§ 2º - Aos professores do Quadro do Magistério que atuam na Área 7, com carga horária de 40 horas semanais, será concedido o Prêmio Educar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), de março a julho, e a partir de agosto de 2008 passarão a perceber R\$ 200,00 (duzentos reais)."

Este é o teor da emenda.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome da bancada dos trabalhadores, na condição de líder, o deputado Pedro Uczai, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, educadoras e educadores, estamos insistindo, e não é somente por teimosia, mas porque temos convicção do que estamos construindo aqui nesta tarde, no espírito da isonomia.

Fomos derrotados no mérito para construir uma política isonômica de carreira para o magistério de Santa Catarina. A partir de hoje, foi destruída essa possibilidade. Mesmo com essa derrota, agora estamos tentando recuperar um pouco do mérito no conjunto dos trabalhadores da educação. Primeiro: ativo e inativo têm que ter o mesmo direito. Segundo: se há prêmio, que todos recebam o mesmo valor do prêmio. Que ativos recebam R\$ 200,00 e que os inativos também recebam R\$ 200,00, em março e em agosto. É isso que estamos dizendo!

(Palmas)

Terceiro: nas várias outras categorias do magistério, por que não isonomia? Por que não igualdade? Por isso, aqui hoje precisa ser colocado os 21 votos, os 22 votos. E espero que tenhamos 21 votos para dar igualdade a todos, para dar o mesmo prêmio a todos. Daí não fica prêmio e castigo. Quarto: deputado Professor Grando, devemos lutar por toda a carreira do magistério, v.exa., que foi presidente da Aliasc, nasceu na década de 80, antes do Sinte, entende que devemos lutar para a isonomia, para a paridade salarial, para toda a política de carreira de cargos e salários.

(Manifestação das galerias)

O Deputado Cesar Souza Júnior será, quem sabe, candidato a prefeito, e o povo de Florianópolis vai cobrar por ele ser contra os inativos, contra os aposentados.

Quem sabe outros candidatos a prefeito, quem sabe o deputado Darci de Matos, de Joinville, a maior cidade do estado, vai dizer: "Sou contra os inativos, a política de carreira, o magistério, a qualidade da educação". Mas chega de discurso de hipocrisia, tem que se discutir se educação é ou não é prioridade. É isso o que está em discussão aqui. É isso! Não adianta votar o transporte intermunicipal gratuito aos 65 ou 60 anos, e depois, quando é para permitir um direito aos inativos, não vêm. É isso o que estamos discutindo aqui, a isonomia, a igualdade de tratamento, que é dar ao ativo e ao inativo o mesmo direito e R\$ 200,00 para todos. É isso o que estamos encaminhando enquanto bancadas da Oposição, para que todos os deputados possam votar e deliberar para, pelo menos nesta emenda, sermos vitoriosos.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck, em nome da bancada do PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, peço ao deputado Kennedy Nunes que faça o pronunciamento com relação à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes, em nome do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, senhoras e senhores que estão acompanhando esta sessão, é bom esclarecer, principalmente para quem nos está assistindo, e nós temos pelo menos audiência garantida da TVAL, não só dos catarinenses que querem ver a transparência deste Poder, mas em todas as secretarias regionais há um funcionário comissionado designado para ficar na frente da televisão acompanhando o que acontece aqui. Então, temos pelo menos a audiência garantida desses funcionários comissionados nas secretarias regionais espalhadas por toda a Santa Catarina.

(Manifestação das galerias)

Mas deixem-me dizer uma coisa aqui: fico pensando sobre essa questão do abono que o governo está dando. E temos que deixar claro para os catarinenses, com relação a esse abono que já foi depositado, como disse o deputado Herneus de Nadal, líder do governo, que o professor que está em sala de aula tem que pedir a Deus duas coisas: primeiro, que não fique doente, porque, se ficar doente, além da perda salarial que vai ter, terá que entrar na fila do SUS e cair em outra armadilha que este estado está colocando.

Então o professor que hoje está recebendo esse abono vai ter que pedir pelo amor de Deus para não ficar doente, porque se tiver algum problema nas cordas vocais e tiver que ser afastado da sala de aula, ele não vai mais receber esse abono. Eu faço aqui um apelo a alguém que conheço, ao deputado Darci de Matos, que é da nossa cidade e que como eu é pré-candidato a prefeito de Joinville: deputado, os inativos da Educação de Joinville e do estado, mas principalmente de Joinville, falo da nossa cidade, vão ficar extremamente decepcionados ao saberem que v.exa. não quis, com o seu voto, que creio que é independente, dar o abono para os pensionistas. Por quê? Porque não adianta aparecer em clubes da terceira idade e oferecer ônibus para virem para Florianópolis, para quando chegarem aqui receberem almoço e serem citados para ficar registrado nos anais da Casa, mas que quando é necessário um voto, que é importantíssimo para que sejam valorizados, votamos contra.

Eu me lembro do deputado Carlito Merss que, em uma das campanhas em Joinville, disse o seguinte: "Existe deputado que aqui em Joinville bate nas costas do aposentado e em Brasília vota contra ele."

(Palmas das galerias)

Abram o olho, professores inativos. Estou vendo aqui algumas professoras de Joinville que já contribuíram com a escola pública, no ensino público, que foram ao meu gabinete e disseram: "Deputado, por favor!" Eu disse que iria votar a favor. Sem dúvida alguma eu voto a favor para que os aposentados também tenham esse benefício. Agora eu quero ver como alguns deputados vão encontrar, quando estiverem andando na rua, deputado Joares Ponticelli, aquela professora da escola pública que nos ensinou o bê-á-bá, os dois mais dois, porque ela poderá dizer: "Você reprovou no meu ensino por discriminar a tua professora."

(Palmas das galerias)

Eu invoco aqui... Isso é muito importante! A presença de vocês aqui é extremamente importante, mas principalmente quem nos acompanha precisa saber quem é quem. Não adianta fazermos no nosso reduto eleitoral uma moralzinha junto com a terceira idade e chegar aqui, quando temos a oportunidade de mostrar que somos a favor daqueles que já deram o sangue, a voz, e as salivas em prol da educação, votarmos contra.

Eu faço um apelo aos deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves, que são da nossa Joinville... Sei que o deputado Darci de Matos, como eu, recebeu os professores aposentados, na semana passada, preocupados. Exerça o seu direito de voto, deputado, vote para que os pensionistas tenham o direito de receber igual àqueles que já deram e estão dando ainda a sua lição na educação para este momento que estamos vivendo.

Para encerrar, resumo em uma única frase: quem ama (como dizem aí que tem gente que ama a Educação) age, e o agir é votar sim!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, o deputado Professor Grandó, cumpre com o papel de dar sustentação ao governo.

(Manifestação das galerias)

Em Brasília deputados do meu partido e deputados de vários partidos de sustentação também retiraram garantia dos trabalhadores. Por isso, cada um com o seu papel. E o nosso encaminhamento, sr. presidente, é "não"!

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Pedimos à assessoria que proceda à abertura do painel.

Votando "sim" aprova a emenda, votando "não" rejeita a emenda.

A Presidência comunica aos srs. deputados que ainda temos, antes da votação do projeto de conversão, mais quatro emendas a serem votadas.

(Procede-se à votação nominal no painel eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não

DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Esta Presidência consulta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "não", 11 votos "sim" e nenhuma abstenção.

Está rejeitada a emenda.

(Manifestação das galerias)

Votação de requerimento de pedido de destaque da emenda supressiva às folhas 36 ao PCL n. 0145/2008.

A emenda diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 1º - Fica suprimido o art. 5º, renumerando-se os seguintes."

Em votação.

s sr. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN		DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não	DEPUTADO GELSON MERÍSIO		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não	DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA		DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	DEPUTADO JORGINHO MELLO	não	Esta Presidência consulta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não	DEPUTADO JOSÉ NATAL	não	(Pausa)	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não	DEPUTADO JULIO GARCIA		Está encerrada a votação.	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	Votaram 32 srs. deputados.	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	DEPUTADO MANOEL MOTA	não	Temos 22 votos "não", dez votos	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não	"sim" e nenhuma abstenção.	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não	O deputado Reno Caramori votou	
Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		"sim". Acolhemos também a declaração de voto do deputado Kennedy Nunes. Ficam, portanto, acrescidos aos votos "sim" o voto do deputado Reno Caramori. O do deputado Kennedy Nunes já consta do painel.	
(Pausa)		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não	Discussão e votação do texto original da Medida Provisória n. 0145/2008, que agora vai ser transformada em projeto de conversão em lei.	
Está encerrada a votação.		DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	Em discussão.	
Votaram 32 srs. deputados.		DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	(Pausa)	
Temos 21 votos "não", 11 votos		DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.	
"sim" e nenhuma abstenção.		DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não	Em votação.	
Está rejeitada a emenda.		DEPUTADO RENATO HINNIG	não	Os srs. deputados que votarem	
(Manifestação das galerias)		DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	"sim" aprovam a matéria e os que votarem	
A Presidência irá suspender novamente a presente sessão por dez minutos, tendo em vista a absoluta falta de condições. Se não houver condições, voltaremos mais tarde, quando for possível deliberar.		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não	"não" rejeitam-na.	
Está suspensa a sessão por até dez minutos.		DEPUTADO ROMILDO TITON	não	O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação pelo PP, o deputado Silvío Dreveck.	
A Presidência solicita a compreensão de todos, pede que os manifestantes ajudem na condução desse processo e pede também que o policiamento aja na mais perfeita sintonia com aquilo que queremos da democracia, cumprindo o seu papel com todo respeito às manifestações, que são legítimas.		DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, fizemos várias tentativas para aprovar as emendas e estender o benefício a todos os professores e a todos aqueles que fazem parte da Educação, inclusive aos inativos. Infelizmente, não tivemos sucesso; portanto, a nossa bancada votará contra a medida provisória!	
Votação de requerimento de pedido de destaque da emenda que se encontra às folhas 37, com o seguinte teor:		DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos em processo de votação.	
(Passa a ler.)		DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.	
"Fica suprimido o art. 6º, renumerando-se os seguintes."		Esta Presidência consulta se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.		O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Encaminhamos sim, sr. presidente!	
Em votação.		(Pausa)		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica encaminhado pelo líder do governo, deputado Herneus de Nadal, o voto "sim".	
Solicitamos a abertura do painel de votação.		Está encerrada a votação.		Estamos em processo de votação.	
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.		Votaram 32 srs. deputados.		O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.	
Posteriormente a essa, ainda temos duas emendas a serem votadas, srs. deputados.		Temos 21 votos "não", 11 votos		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.	
A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.		"sim" e nenhuma abstenção.		O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Encaminhamos sim, sr. presidente!	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.		Está rejeitada a emenda.		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica encaminhado pelo líder do governo, deputado Herneus de Nadal, o voto "sim".	
A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quanto ao encaminhamento, peço para todos os srs. colegas deputados que votem "sim".		Em votação a emenda modificativa constante das folhas 38 do projeto.		Estamos em processo de votação.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encaminhado.		Diz o seguinte a emenda:		O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.	
Em votação.		"Art. 1º - fica suprimido o art. 7º, renumerando-se os seguintes."		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.	
(Procede-se à votação nominal através do painel eletrônico.)		Em votação.		O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu quero fazer o encaminhamento do PSDB, que é "sim" à medida provisória. E já estamos em processo de votação.	
DEPUTADA ADA DE LUCA	não	Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.		(Manifestação das galerias)	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA		Temos ainda uma emenda a ser votada, srs. deputados.		O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não	(Procede-se à votação nominal através do painel eletrônico.)		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não	DEPUTADA ADA DE LUCA	não		
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO		DEPUTADA ANA PAULA LIMA			
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não		
DEPUTADO DARCI DE MATOS		DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não		
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim	DEPUTADO CLÉSIO SALVARO			
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não		
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não	DEPUTADO DARCI DE MATOS	não		
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não	DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim		
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim		
		DEPUTADO EDISON ANDRINO	não		
		DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não		
		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não		
		DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN			
		DEPUTADO GELSON MERÍSIO			
		DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não		
		DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não		
		DEPUTADO JAILSON LIMA			
		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não		
		DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim		
		DEPUTADO JORGINHO MELLO	não		
		DEPUTADO JOSÉ NATAL	não		
		DEPUTADO JULIO GARCIA			
		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim		
		DEPUTADO MANOEL MOTA	não		
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não		
		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não		
		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO			
		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não		
		DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim		
		DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim		
		DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim		
		DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não		
		DEPUTADO RENATO HINNIG	não		

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores, por coerência e por todo esse debate, porque gostaria de ver contemplado os inativos, os que estão em licença e, mais do que isso, para a qualidade na educação, nós não temos, ética e politicamente, como ter outra posição do que a do encaminhamento pelo "não" a esse projeto na forma como está sendo votado nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fica encaminhada a votação pelo líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Pedro Uczai.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	abstenção
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	abstenção
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	abstenção
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.
Temos 22 votos "sim", oito votos "não" e três abstenções.

Está aprovado o projeto de conversão em lei da medida provisória.

A Presidência consulta os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei n. 0055/2008, de autoria do deputado Valmir Comin, que dá nova redação ao art. 3º da Lei n. 11.514, que trata do calendário oficial da semana de prevenção ao câncer de mama.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância do srs. líderes, assim procederemos.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0055/2008, de autoria do deputado Valmir Comin, que dá nova redação ao art. 3º da Lei n. 11.514, de 2000, que inclui no calendário oficial a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Há necessidade da concordância dos srs. líderes também para esta matéria:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0085/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, no município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, que é o autor da matéria.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, no início da sessão, quando a sessão estava sendo presidida pelo deputado Antônio Aguiar, nós já fizemos um acordo de líderes para incluir *ex officio* o presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada em turno único.

A Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h05min, para a votação da redação final das matérias, das indicações, dos requerimentos, das moções e dos pedidos de informação.

Está encerrada a presente sessão ordinária.

ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h05min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0085/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar de São Francisco de Assis, no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0145/2008.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com os votos contrários dos deputados Pedro Uczai, Décio Góes, Silvio Dreveck e Dirceu Dresch e a deputada Odete

de Jesus, que estão presentes e que votaram contra o projeto de conversão em lei.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0055/2008, de autoria do deputado Valmir Comin, que dá nova redação ao art. 3º da Lei n. 11.514, de 2000, que cria no calendário oficial a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 17h10min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h10min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Refere-se à moção de sua autoria que solicita que não seja privatizada a inspeção sanitária dos produtos de origem animal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Solicita subscrever moção da deputada Odete de Jesus que solicita que não seja privatizada a inspeção sanitária dos produtos de origem animal; aborda as taxas cobradas pela Cidasc das agroindústrias familiares.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda moção de sua autoria que solicita ações no sentido de garantir a votação das propostas de regulamentação da Emenda Constitucional n. 0029/2000.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha voto contrário à moção do deputado Joares Ponticelli, que solicita informações sobre o contrato, ordem de serviço, ordem bancária e relatório sobre razões impeditivas ao início da construção da escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha pela não-aprovação dos pedidos de informação que estão na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Critica o encaminhamento de não-aprovação dos pedidos de informação constantes da Ordem do Dia.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda moção do deputado Joares Ponticelli, que solicita informação sobre razões impeditivas ao início da construção da escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discorda do encaminhamento de não-aprovação dos pedidos de informação constantes da Ordem do Dia.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica o encaminhamento de não-aprovação dos pedidos de informação constantes da Ordem do Dia.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda moção, de sua autoria, que solicita informação sobre razões impeditivas ao início da construção da escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão; critica o encaminhamento do deputado Manoel Mota contrário à moção.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito da votação dos pedidos de informação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ressalta que o Regimento Interno deve ser respeitado com relação ao tempo dos discursos.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Encaminha voto contrário ao pedido de informação do deputado Joares Ponticelli que solicita informação sobre razões impeditivas ao início da construção da escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli acerca dos pedidos de informação.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Refere-se ao pedido de verificação de quórum.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda o pedido de verificação de quórum.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Comenta o pedido de verificação de quórum.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra que nada mais será votado sem quórum.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Refere-se à obstrução de votação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Registra a necessidade de existir democracia plena no Parlamento; reporta-se ao Projeto de Conversão em Lei da MP n. 0145/2008; aborda o Iprev.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Refere-se ao projeto que concede abono aos professores.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica manifestações de algumas pessoas presentes nas galerias e colocações do deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Justifica sua atitude no momento de tumulto nas galerias.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Refere-se ao projeto que concede abono aos professores.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Registro o voto "não", em segundo turno, do sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0055/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0097/2008, de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, e 0098/2008, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento

Interno.

Solicito ao sr. deputado Rogério Mendonça que assumira a Presidência e a Ordem do Dia, por absoluta falta de condições deste deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Requerimento de autoria do sr. deputado Dagomar Carneiro, que solicita a apreciação pelo Plenário do parecer contrário da comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei n. 0569/2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de: Ascurra, Galvão, Papanduva, São Pedro de Alcântara, Araranguá, Araquari, São Domingos, Ouro, Ipumirim, Camboriú, Serra Alta, Rio Negrinho, Matos Costa, Vargeão, Celso Ramos, Santiago do Sul, Tunápolis, Itapoá, Timbó Grande, Iraceminha, José Boiteux, Abdon Batista, Forquilha e Victor Meirelles, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul, parabenizando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio do Sul, Santiago do Sul, Bela Vista do Toldo e São Pedro de Alcântara, pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo RBS, pelo lançamento do jornal *A Notícia*, no município de Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos radialistas Moacir e Cruzeiro, do programa Violão e Ouvintes, da Rádio Bandeirantes, pelo 19º aniversário do programa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de Esporte e ao secretário da Agricultura, do município de Jaguaruna, pela realização da 11ª Feira Agropecuária e da Feira da Indústria e Comércio.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Papanduva, Rio do Sul e São Francisco do Sul, pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Edson Piriquito, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pedindo a implantação de sistema de iluminação em todas as pontes pertencentes à malha viária federal em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Edson Piriquito, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pedindo a implantação de sistema de iluminação entre o km 132 e o km 137, em Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado e ao secretário da Educação, pedindo que seja recebida em audiência a diretoria executiva do Sintex.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro da Educação, pedindo que seja enviado ou designado representante do ministério ao município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente da República, ao vice-presidente da República, ao ministro das Minas e Energia, ao presidente da Petrobras e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a manutenção em pleno funcionamento do escritório regional da Petrobras, na cidade de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao presidente da Anatel, ao diretor da Brasil Telecom, ao gerente da Vivo, ao superintendente da Tim e ao diretor da Claro, pedindo a implantação de antena de telefonia móvel na comunidade de Fazenda de Dentro, no município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, a ser enviada ao presidente e ao vice-presidente da República, ao ministro da Agricultura, aos senadores e deputados federais catarinenses, solicitando que não seja privatizada a inspeção sanitária dos produtos de origem animal.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, não posso concordar com a privatização, visto que tal medida poderá trazer prejuízos à saúde pública, em especial à segurança alimentar.

Então, gostaria do apoio de v.exas. para a aprovação desta moção, de autoria desta deputada.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero pedir a nossa deputada para subscrever a referida moção.

Nós estivemos ontem, inclusive, no oeste, discutindo com as agroindústrias familiares, sr. presidente, e fica uma grande preocupação no ar, pois a partir de janeiro a Cidasc começou também a cobrar as taxas das nossas pequenas agroindústrias familiares, lá nas comunidades do interior e em todos os nossos municípios, tanto para abrir, para dar licença para funcionar uma agroindústria quanto também agora está cobrando para cada produto. Então, isso nos preocupa muito.

Sr. presidente, inclusive convidamos todos os srs. deputados para amanhã à noite participarem da audiência pública nesta Casa, às 18h, sobre essas questões das taxas que estão sendo cobradas das nossas agroindústrias familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro da Saúde e ao diretor presidente da Anvisa, solicitando o controle e proibição de propaganda de remédios nos meios de comunicação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao ministro da Saúde, ao presidente da Câmara dos Deputados e ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando ações no sentido de garantir a votação das propostas de regulamentação da Emenda Constitucional n. 0029/2000.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, no último dia 7 de abril, foi o Dia da Saúde e, por isso, estamos reforçando hoje esta moção, para que de fato seja aprovada a Emenda n. 29, que é importantíssima para a saúde pública do nosso país. É um investimento que requer maiores recursos, que são constitucionais, definidos em lei para que de fato os estados, os municípios e a União apliquem esses recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, solicitando informações sobre o contrato, ordem de serviço, ordem bancária e relatório sobre razões impeditivas ao início da construção da escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero fazer o encaminhamento às bancadas que dão apoio ao governo do estado de Santa Catarina baseado na pressão feita contra o governo hoje e contra os parlamentares, nós vamos votar "não"! Inclusive, srs. deputados, vamos votar contra todos os pedidos de informação que estão aqui. Esse é um pedido que estamos fazendo em nome da nossa bancada e em nome da bancada do governo. Vamos votar "não"!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - A bancada do PSDB também faz o encaminhamento pela não-aprovação dos pedidos de informação que estão na pauta da Ordem do Dia de hoje, sr. presidente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Esse encaminhamento da liderança do PMDB e do PSDB de não permitir informações cria precedentes aqui. E acho que é fundamental fazer esse debate.

A bancada do PT tem um pedido de informação também, pois um dos instrumentos centrais desta Casa, de um parlamentar, é obter informações. A maior parte dos pedidos de informação têm vindo pela metade, até com 30% ou 20% do que pedimos e o resto não é respondido.

A partir deste encaminhamento do governo de votar contra nossos pedidos de informação, fica difícil. O governo ganhou todas as votações, pois nós conseguimos no máximo 11 votos aqui; fomos derrotados em todas as votações, nesta tarde! E não aprovar mais pedidos de informação, com isso se abre um precedente que não é bom na relação do Executivo com o Parlamento e, mais do que nunca, aumenta a subordinação deste espaço democrático com o Executivo, uma vez que não vai ter mais nenhuma obrigação de fornecer informações para qualquer parlamentar.

É lamentável essa posição e esse encaminhamento da maioria aqui nesta Casa, pois o pedido de informação é o mínimo que temos que buscar para podermos exercer o poder de fiscalização.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quero, sr. presidente, lamentar, e chamar a atenção da sociedade catarinense, desse tolhimento da democracia, desse cerceamento do trabalho dos deputados da

Oposição, dessa intransigência da base do governo, que não permite que o parlamentar exerça a sua atividade fiscalizadora e possa esclarecer, por exemplo, porque os alunos tiveram que sair dessa escola no período eleitoral do ano passado, pois estavam correndo risco, segundo foi dito. E esses alunos estão alojados há mais de um ano em um clube, com uma divisória de até dois metros de altura, com um barulho ensurdecedor que não permite que as crianças tenham nenhum tipo de rendimento escolar. A construção da escola deveria ter sido iniciada no ano passado e inaugurada no mês de setembro, mas a construção nem começou.

Então, por que a Oposição não pode saber os reais motivos que levam a uma situação dessas, onde nossos jovens não podem estudar com a qualidade desejada? Isso é extremamente lamentável e estarrecedor! Eu não compreendo, não entendo! Isso não é nada democrático, isso é tolher a atividade parlamentar de forma extremamente brutal, tirando uma grande prerrogativa do Legislativo.

Nós precisamos usar esse espaço para denunciar, através da TVAL, à sociedade catarinense que estamos impedidos de trabalhar e não podemos resolver essas questões. E queremos também alertar o governo que existe uma situação dessas lá em Tubarão que precisa ser resolvida, e essa é a forma da Oposição mostrar para a sociedade.

Lamento, mas peço uma reflexão da base do governo, pois nós precisamos ajudar o governador inclusive a esclarecer esses casos, porque talvez nem saiba dessa situação, deputado Joares Ponticelli. Talvez o governador não tenha conhecimento, e a base do governo em vez de ajudar, está escondendo um problema dessa magnitude.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

O Sr. deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, realmente fiquei surpreso com a atitude antidemocrática do líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, até porque, sempre pregou, teoricamente, a democracia. E isso demonstra que nós, em Santa Catarina, estamos partindo para o autoritarismo, para não dizer outra coisa. Porque não é possível srs. deputados um pedido de informação, que é um direito do parlamentar e da sociedade catarinense, ser negado.

Fui prefeito por oito anos e nunca neguei um pedido de informação para quem quer que fosse, ou para o Parlamento, ou para a sociedade como um todo, porque entendo que a transparência, que a informação é o mínimo que devemos exercer na democracia. E onde vamos buscar a transparência sras. deputadas e srs. deputados? Que transparência nós podemos dar aos catarinenses, se nem um pedido de informação se permite aprovar nesta Casa?

Penso, deputado Pedro Baldissera, para onde está caminhando a democracia catarinense? Onde vamos buscar as informações, que é um direito que o catarinense tem?

Portanto, peço, como o deputado Décio Góes o fez, uma reflexão, srs. deputados. Vamos refletir sobre o mínimo de informação que podemos dar aos catarinenses. Vamos votar e permitir que um pedido de informação possa ser aprovado nesta Casa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, nós estamos votando separado cada pedido de informação?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Mendonça) - Exatamente!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agora está sendo esse pedido de informação do deputado Joares Ponticelli?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sim, é o do deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - srs. deputados, estou estarrecido com a ação do governo.

Nós temos que dividir muito bem aqui o que é uma situação dentro da democracia, onde a minoria perde - e daí pode ser dito que isto é válido para a democracia - mas nós estamos também aqui estarrecidos quando se utiliza deste discurso da democracia, para tirar o direito sagrado de um parlamentar, que é o de investigar o Executivo.

O que nós estamos tendo hoje aqui, ou seja, o fato de o deputado Manoel Mota, líder do PMDB vir aqui orientar a bancada do governo a votar "não" para os pedidos de informação, mostra, no mínimo, duas atitudes. Primeiro, a vontade do governo em vir rei e fazer desta Casa, como é lá na Arábia Saudita, onde os legisladores simplesmente se reúnem para ouvir o rei sem ter nenhuma atitude fiscalizatória, ou estão com medo de prestar informação e correr algum risco.

Sr. presidente, já anuncio a v. exa. que vou discutir todos os pedidos de informação colocados aqui em pauta, até para mostrar para a sociedade catarinense quais são os pedidos de informação que o governo não está querendo dar. E é constitucional este pedido de informação sobre o contrato de ordem de serviço e relatórios sobre as razões impeditivas ao início da construção da Escola Célia Coelho Cruz lá na cidade dos deputados Joares Ponticelli e Genésio Goulart. E não sei por que o governo não quer dar essa informação, deputado Antônio Aguiar. Não sei, não entendo. Não entendo qual é o problema de chegar a um parlamentar a informação do por que não estão construindo a escola. Não entendo! Sinceramente, não entendo!

Os catarinenses vão ver nos próximos pedidos de informação que estaremos aqui discutindo que é exatamente isso, ou seja, o governo querendo escapar da verdade.

Hoje nesta sessão foi mostrado que quem tem voto ganha. Até aí nós respeitamos. Fomos derrotados quando queríamos que os aposentados da educação, os inativos tivessem também o direito do abono. Mas neste caso? Na semana passada o deputado Herneus de Nadal ou o deputado Manoel Mota, antes da sessão de quarta-feira, na terça-feira, senão me engano, ocupou esta mesma tribuna e disse: "nós nunca vamos votar contra um pedido de informação porque não temos nada a esconder."

Na quarta-feira foi pedido verificação de quórum para que não fosse votado um pedido de informação. E esses pedidos de informação que vamos discutir e votar hoje aqui já deveriam ter sido aprovados na semana passada. Inclusive o deputado Sílvio Dreveck esses dias veio aqui na tribuna reclamar que já tinha feito três pedidos de informação sobre uma obra lá na região de São Bento do Sul e nenhuma das respostas veio completa.

Será que nós vamos ter que começar a incomodar a Justiça para fazer algo que é garantido na Constituição? Será que nós vamos ter que buscar na Justiça as informações que o governo não quer prestar para esta Casa? Será que nós vamos ter que incomodar e emperrar mais ainda a Justiça de Santa Catarina para conseguir, através de mandados, informações que este Parlamento deveria votar e ter aqui as informações corretas? Onde está a legalidade desse processo?

Por isso fica aqui o meu voto de rejeição, de repúdio em ver um Parlamento que se coloca numa situação vexatória diante de uma questão constitucional, que é garantir aos seus pares e aos seus membros o direito de saber como está a conta do governo e o porquê de a Escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão, não ter começado as suas obras.

Deixo aqui o meu repúdio e a minha vergonha em ver um governo com medo de falar a verdade e dar os esclarecimentos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, estamos na fase de discussão do pedido de informação ou no encaminhamento de votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Estamos na fase de discussão, deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - E qual o tempo disponível que o deputado tem para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, eu confesso que estou estarecido.

Nós já assistimos aqui, ao longo desses quase seis anos de mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, demonstrações de autoritarismo, de prepotência, que somente quem serviu o Dops por longos oito anos poderia patrocinar. Somente um governador, funcionário exemplar do Departamento de Ordem e Política Social, o conhecido Dops, deputada Ada De Luca; somente quem serviu o Dops poderia mandar os seus agirem desta forma.

O que nós estamos assistindo aqui hoje é uma demonstração de autoritarismo, de arrogância, de prepotência e de medo. Nós precisamos nos reunir como deputados de Oposição para discutir seriamente o encaminhamento que vamos adotar, deputado Pedro Baldissera, de hoje para adiante, neste Parlamento.

Nós estamos aqui por conta de uma minoria, deputado Valmir Comin, sem conseguir aprovar uma emenda sequer a qualquer projeto, porque o governo se utiliza permanentemente da sua maioria. E deputados que fazem um discurso como defensores da democracia, defensores dos professores, dos servidores de carreira, discursos demagógicos, porque aqui o voto é no cabresto, foi o que vimos aqui hoje, de professor que está aqui neste Parlamento, agem como quem não levou a sério o discurso que praticou durante uma vida ou sentiu o cabresto também falar mais alto.

Agora o eminente líder do PMDB, se não fosse a ação de dois soldados da Polícia Militar, teria agredido aqui dentro, há pouco, professores, como fez Pedro Ivo quando mandou bater em aposentados em cima da ponte. E esse líder do PMDB apoiava, estava junto ajudando a bater em aposentados. Hoje, por pouco, não bateu aqui, deputado Pedro Uczai. O líder do PMDB só não agrediu professores da rede pública estadual porque foi impedido pelos policiais militares. Foi o que vimos agora há pouco.

É bom que Santa Catarina saiba que o líder da bancada do PMDB foi seguido pelo policial Garcia e outros, que impediram que ele agredisse fisicamente professores da rede pública estadual que estavam aqui, num estado democrático de direito, reivindicando, protestando, pedindo em favor da sua categoria, especialmente dos aposentados.

Isso foi para lembrar que o finado Pedro Ivo, do PMDB, já mandou bater em aposentado em cima da ponte. Deve ter sido esta a homenagem que o líder do governo fez aqui, nesta tarde, quando ameaçou agredir professor da rede pública estadual neste plenário.

Agora este mesmo líder encaminhar voto contra pedido de informação, deputado Pedro Uczai, é um marco que se estabelece no dia de hoje! E a partir de hoje, deputada Odete de Jesus, se este for o comportamento do governo, eu não tenho mais dúvidas de que o governo cairá inteiro por suspeição. Se não querem prestar informações é porque temem aquilo que pode conter nessas informações.

Deputado Pedro Uczai, o pedido de informação que está aqui em discussão, de minha autoria, questiona como está, deputado Décio Góes, a execução do contrato celebrado entre o governo do estado e uma construtora para a construção da Escola Célia Coelho Cruz, do município de Tubarão. Alunos, pais e professores, em diversas oportunidades, estiveram nesta Assembléia Legislativa para protestar porque estão, há mais de dois anos, num salão de baile, sem a mínima condição física, humana de participar das aulas, deputada Odete de Jesus.

É desumano o que acontece! V.Exa. precisa ir ao bairro São João, no Clube Cerâmica, onde estão alocados esses estudantes por mais de dois anos e professores com maior índice de atestados médicos de Santa Catarina, por completa falta de condições de trabalho, num ambiente indigno, insalubre!

Eu quero apenas saber o que aconteceu com esse contrato que foi assinado no dia 8 de fevereiro, comemorando aniversário hoje, deputado Kennedy Nunes! Faz dois meses que o contrato foi festivamente assinado, deputado Décio Góes. E v.exa. lembra a publicidade e a festança que foi feita para entregar a ordem de serviço dessa escola. Mas nesses dois meses nenhum carrinho de mão, nenhum pedreiro e nenhuma saca de cimento lá chegaram para iniciar as obras.

E o que é mais interessante, srs. deputados, é que quem está cobrando e questionando é o próprio secretário Regional, que diz que não entende, porque quem assinou esse contrato foi o ex-secretário Ademir Matos, que hoje está em campanha para a prefeitura de Braço do Norte. E o atual secretário diz que não sabe o que aconteceu. E o pedido de informação quer apenas que seja encaminhada a cópia na íntegra do contrato da ordem de serviço. Só isso!

E o governo, através dos seus, e o que é pior, através do líder do PMDB, do seu líder, temerário que está em prestar informações, diz que não irá mais votar nenhum pedido de informação. Se pensam que com isso irão coibir o nosso papel constitucional, legítimo, deputado Moacir Sopesla, de fazer oposição, de fiscalizar, e é para isso que somos pagos, quero dizer que nós não estamos aqui comandados pelo governo para fechar os olhos e não fiscalizar! Nós temos o papel, a responsabilidade de fiscalizar. E se o governo não quer é porque teme, e se teme é porque está promovendo atos criminosos, deputado.

A negativa do governo em aprovar pedidos de informação nos dá o direito de pensar que o governo caiu na marginalidade; que o governo virou fora da lei; que o governo está incorrendo em sucessivos erros e crimes contra a administração pública, porque não fosse isso não teria medo de prestar informações.

Somente um governador que integrou o Dops, que faz discurso de democrata poderia agir assim. Inaugura-se um novo tempo no Parlamento no dia de hoje, mas isso não vai nos fazer esmorecer.

Vamos ao Judiciário, sim, deputado Kennedy Nunes Infelizmente, vamos congestionar o Judiciário. Mas tenho certeza de que vamos fazer jurisprudência logo, para que aquela Casa diga para esta Casa que pedido de informação é direito que o parlamentar tem e que um governo digno, transparente não teme em aprovar pedidos de informação. A orientação é de quem tem medo. Certamente foi depois daquela subvenção lá de Araranguá que o deputado Manoel Mota conhece e sabe como foi distribuída que ele está temendo que venham outros e não quer prestar mais informações!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, o eminente deputado Joares Ponticelli, com o seu discurso inflamado, deve estar num outro mundo. O saudoso Pedro Ivo, e que Deus o ponha em bom lugar, não fez nada daquilo que o referido deputado disse; ele não sabe nem as informações deste Parlamento. Isso que ele falou ocorreu no governo de Wilson Kleinübing. Coitado, ele está todo perdido! Começa a discursar, a inventar e aí se perde todo. Então, foi no governo de Wilson Kleinübing que aconteceu isso e não no de Pedro Ivo Campos. Que o saudoso Pedro Ivo perdoe o eminente deputado Joares Ponticelli lá em cima pelo erro cometido.

Isso aqui, srs. deputados, é só para ver como o deputado Joares Ponticelli muda o seu discurso. Quando estava deste lado, que recebia dinheiro em cima, moeda, quando votava contra o servidor público, ele agia diferente. Eles esquecem com facilidade! Quantos requerimentos, pedidos de informação foram derrubados aqui por eles! Eles pensam que eu mandei buscar e já está chegando para mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(O Sr. Deputado Manoel Mota manifesta-se fora do microfone.)

Deputado Manoel Mota, o Regimento Interno é muito claro, no seu art. 237:

(Passa a ler.)

"O Deputado, salvo expressa disposição regimental, só poderá falar uma vez e por dez minutos na discussão de qualquer proposição" [...]

E v.exa. pediu a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu estava fazendo o encaminhamento!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Mendonça) - Mas se o deputado quiser discutir, poderá pedir para discutir. V.exa. pediu a palavra, pela ordem.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Na verdade, está-se usando a esperteza para discursar em tribuna sobre uma questão que só no final da fala do deputado Joares Ponticelli foi referida. Fez-se um discurso politiquero na tribuna usando uma matéria que só foi referida no final. Portanto, foi desvirtuado o que estamos discutindo aqui.

Por isso peço aqui a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, para que seja respeitado o Regimento Interno e não seja usado de artifício de um requerimento ou de um pedido de informação para usar a tribuna por dez minutos para dar um discurso. Eu acho que o Regimento tem que ser seguido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Deputado Elizeu Mattos, também no art. n. 238 está o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Deputado que usar a palavra sobre proposição em discussão não poderá:

1 - desviar-se da questão em debate; ou

II - falar sobre o vencido."

Mas eu acompanhei o depoimento do deputado Joares Ponticelli e ele ficou dentro do assunto em pauta, que foi a proposição em relação ao pedido de informação.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente e srs. parlamentares, quero aqui pedir licença aos nobres deputados, e é claro que cada parlamentar poderá fazer a discussão no seu devido momento, com base em todos os requerimentos desta Casa, porque só vou discutir uma vez, nobres deputados, para dizer que, como membro da base governista, irei votar, conforme orientação, contrário ao pedido de informação, porque entendo, deputado Peninha, que deve haver nesta Casa primeiro, além da democracia, o respeito para com os parlamentares.

E o que eu vi, nesta tarde hoje, apesar de ser um deputado de primeiro mandato, foi efetivamente e essencialmente uma falta de respeito entre os nossos companheiros deputados.

Isso não é admissível e não pode um parlamentar utilizar esta tribuna para de dedo em riste criticar outro parlamentar, seja na discussão deste requerimento, seja na proposição de qualquer matéria, porque tem que haver, sim, primeiro, o respeito à democracia, mas o respeito também ao cidadão, ao parlamentar, à ética e à moral nesta Casa.

E é por isso que eu vim aqui discutir, para dizer que irei votar, sim, contra o pedido de informação, numa demonstração de que quem quer primeiro a democracia tem que aprender a respeitar os seus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu só quero concluir o que eu estava falando antes. Quando eles estiveram no poder, os nossos pedidos de informação eram todos grifados e votavam contra.

Então, eu só gostaria de registrar que quando está no poder é uma coisa e quando está na Oposição é outra. Depois ele faz aquele discurso inflamado, mudando até o nome do governador.

Desculpe, deputado Joares Ponticelli, mas v.exa., às vezes, passa da fronteira, porque em cinco anos nós não negamos, em nenhum momento, pedido de informação. Agora, é só uma demonstração para que haja um pouquinho de respeito aos parlamentares, sejam da Oposição ou sejam do governo, mas o encaminhamento com respeito tem que estar acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Srs. deputados, estamos em processo de votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu quero solicitar verificação de quórum, pois não iniciou a votação ainda, até porque estou com medo de o deputado Manoel Mota, que já quis bater em professor, daqui a pouco querer bater em colega aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Vamos pedir a todos os deputados para que registrem sua presença no painel, para verificação de quórum.

Temos que ter 21 deputados.

(Procede-se à verificação de quórum.)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu estou pedindo uma informação à mesa, pois não consegui encontrar no Regimento. Quero saber se o deputado estar dentro do plenário dá quórum! Estando dentro do plenário, há quórum, sim, para poder deliberar.

Isso eu quero ver no Regimento. Estando dentro do plenário dá quórum!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nós estamos em processo de obstrução de votação, por isso solicitamos verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sr. deputado, o que nós temos que considerar é o painel e não temos que estar contando os deputados.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, os deputados estão em plenário. V.Exa. tem que considerar como presentes, mesmo que não tenham acionado o sistema eletrônico. Mesmo que eles tenham saído agora, eu faço o requerimento de que seja registrada a presença, porque eles estavam em plenário durante o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sr. deputado, nós pedimos a contagem dos votos no painel.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	ausente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	presente
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	ausente
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	ausente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS	ausente
DEPUTADO DÉCIO GÓES	ausente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	ausente
DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	ausente
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	presente
DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN	ausente
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	ausente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	ausente
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	ausente
DEPUTADO JAILSON LIMA	ausente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	ausente
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JOSÉ NATAL	presente
DEPUTADO JULIO GARCIA	ausente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	ausente
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	ausente
DEPUTADA ODETE DE JESUS	ausente
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	ausente

DEPUTADO PEDRO UCZAI	ausente
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	ausente
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente

DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	ausente
DEPUTADO VALMIR COMIN	ausente

Não havendo quórum regimental, está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.
O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu só queria, meu caro presidente, lembrar que me criticaram tanto quando solicitei a verificação de quórum na quarta-feira, mas fizeram o mesmo hoje.

Então, quero deixar registrado que esta Casa não vota mais nada sem quórum, e eu não costumo sair antes das 18h. Já sabem: sem quórum esta Casa não vai ter uma palavra aprovada de qualquer requerimento ou de qualquer coisa. Isso é só para mostrar que sabemos o que queremos, sabemos onde queremos chegar e somos coerentes com as ações nesta Casa.

Aqueles que me criticaram, vieram aqui e fizeram a mesma coisa hoje. Lamento profundamente por aquelas pessoas que dizem uma coisa hoje e fazem outra amanhã.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, o nobre deputado que me antecedeu, que se indispôs com os professores e quase nos comprometeu fisicamente, esquece, ou faz de conta que esquece porque deve conhecer o Regimento Interno, que a obstrução é um artifício regimental, legal, democrático. Nós obstruímos a votação até para ver, amanhã, como vamos reagir a essa orientação do antidemocrático líder do PMDB, que não quer mais permitir que o seu governo, certamente por envolvimento em escandalosos esquemas, preste informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, pela ordem, queremos que seja feita verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sr. deputado, eu já concedi a palavra ao deputado Pedro Baldissera e ele irá falar por até dez minutos. Após a sua fala farei, então, a verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, neste momento, de dizer que mais uma vez, infelizmente, o Parlamento perde com isso. Uma pena que se tente impedir algo que é direito de todo parlamentar. Além do próprio parlamentar, é direito da sociedade catarinense obter todas e quaisquer, sejam elas quais forem, informações solicitadas. Isso porque nós temos que iniciar partindo do pressuposto de que todo e qualquer centavo que entra nos cofres públicos advém dos cidadãos e cidadãs. Portanto, partindo dessa premissa, nós não podemos, em momento algum, impedir que o cidadão e a cidadã tenham o direito de saber em que o recurso público está sendo aplicado.

Assim, sr. presidente, eu espero que o líder da bancada do PMDB e a base de sustentação do governo do estado reflitam profundamente sobre esse impasse colocado no Parlamento catarinense. Eu espero também que, depois deste dia de muitos embates, algumas críticas, outras ponderações, a base do governo possa restabelecer-se no sentido de ser flexível com relação às solicitações da bancada de Oposição e de todo e qualquer parlamentar, porque pedidos de informação sempre tivemos aqui, se não dos 40 parlamentares, mas da grande maioria, e sempre foram aprovados.

Então, deputado, que possamos restabelecer a democracia plena neste Parlamento, porque aqui representamos e trazemos presentes os anseios e as preocupações de todos os cidadãos catarinenses. E nesse sentido, deputado Décio Góes, eu espero que, a partir do dia de amanhã, nós tenhamos outro encaminhamento por parte da base do governo. Eu acredito nisso, eu sei da seriedade que os deputados da base do governo têm, do encaminhamento sério, transparente que dão às matérias nesta Casa. Assim, esperamos que de fato isso possa tornar-se acessível a toda a nossa sociedade.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Concedo um aparte a v.exa., deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu queria parabenizar v.exa. por trazer esse tema. E para tentar resgatar a tradição do Parlamento, nós temos sido um bom exemplo diante deste Brasil onde o debate democrático acontece.

Tivemos, é claro, um dia de tensão, mas se tratava de um projeto polêmico, um projeto que mexeu com o plano de cargos e salários dos servidores, que rompeu com a lógica da carreira dos servidores, que introduziu um prêmio sem critério, que não premia nada de objetivo que possa ser pontuado, que possa ser medido. Então, não é prêmio, é uma vantagem, mas com critérios completamente vazios. Assim, há uma reação da categoria, há uma reação nossa porque trouxe, inclusive, um cálculo de impacto financeiro sobre os números do estado que a Lei de Responsabilidade fiscal proíbe.

É, pois, um projeto extremamente polêmico, e o governo usou a sua maioria para aprová-lo. Nós, legitimamente, fizemos o debate, apresentamos argumentos que não foram convincentes e perdemos no voto. Contudo, isso não pode levar-nos a uma situação em que a continuidade dos trabalhos desta Casa, a normalidade desta Casa possa ser comprometida.

Então, é preciso fazer a reflexão da legitimidade da necessidade de o estado responder as questões abordadas pelo parlamentares, que nada mais fazem do que refletir as questões que o povo encaminha, que as comunidades enviam.

Parabéns pelo seu depoimento, deputado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Décio Góes.

Quero dizer que é direito do parlamentar apresentar emendas, sejam elas modificativas ou não, a qualquer tipo de matéria que venha para esta Casa.

É claro que aceitamos a votação que obtivemos hoje! Vamos fazer o quê? Colocamos em votação, a decisão é através do voto, e nós perdemos. Agora, não é por causa dessa posição das Oposições desta Casa que vamos impedir qualquer tipo de solicitação, de informação. Isso colocaria no ridículo o Parlamento e o trabalho dos 40 parlamentares.

Por essa razão é que eu espero, com toda sinceridade, que amanhã possamos ter aqui outra postura por parte da base do governo com relação ao encaminhamento de pedidos de informação. E, é claro, que seja atendido aquilo que solicitamos com relação ao Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0145/2008, qual seja, os números do impacto financeiro que sua aprovação causará aos cofres públicos na questão dos abonos ou na questão do nosso substitutivo global, que previa um aumento de 5%.

Nós, infelizmente, não recebemos as informações. Não fomos atendidos! O governo não nos atendeu. Infelizmente, nós ficamos sem as devidas informações para que pudéssemos fazer uma votação com tranquilidade, conhecendo profundamente a realidade.

A mesma coisa nós estamos enfrentando com relação ao fundo da previdência, o Iprev. Uma solicitação encaminhada pelo deputado Décio Góes, em 26 de fevereiro, infelizmente, até hoje não foi respondida. O deputado Décio Góes solicitou o cálculo atuarial da criação desse fundo, exatamente para que nós tivéssemos a convicção de que o Iprev é extremamente importante e viável para o estado e para os servidores públicos. Como disse, não obtivemos nenhum retorno, por parte do governo do estado, com relação ao cálculo atuarial. Portanto, mais uma vez ficamos sem esses elementos extremamente importantes e fundamentais para que possamos fazer uma votação clara, consciente, com conhecimento profundo de causa.

Sr. presidente, esperamos que até segunda-feira, quando ocorrerá a primeira audiência pública, tenhamos os dados do cálculo atuarial. Estamos no aguardo para que possamos ter uma posição melhor nas audiências públicas que acontecerão em todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro das Explicações Pessoais, inscrito para falar, na seqüência, o sr. deputado Elizeu Mattos, que ocupará a tribuna até as 18h.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, esta Assembléia Legislativa é a casa do debate, do contraditório e das discussões das coisas catarinenses. Hoje eu usei esta tribuna sem medo, com coragem, no momento em que havia um verdadeiro incêndio contra os oradores que desejassem falar em nome do governo, contra os oradores da base do governo.

Mas eu usei a tribuna e talvez não tenha sido muito bem entendido, no momento em que pedi que as pessoas, sr. presidente, que aqui estavam reivindicando alguma ação, alguma coisa para a Educação, também demonstrassem educação, para que nós pudéssemos, com educação, discutir as coisas da Educação. Foi um pedido que fiz, hoje, aos educadores, da parte de quem houve uma falta de educação com a Assembléia Legislativa.

Podemos manifestar-nos, falar, brigar, pedir, mas dar as costas a um representante do povo não é um ato de educação dentro da Assembléia Legislativa! Vair por vair não era o tema a ser discutido. Quando o deputado Antônio Aguiar ocupava esta tribuna e falava de um assunto sério, que é o problema da dengue, da saúde, vaiaram e, se vaiaram, não deram um bom exemplo e faltaram com o respeito ao deputado Antônio Aguiar.

Não é dessa maneira que vamos construir! Não é no empurrão, não é na pressão, não é na briga. É na discussão, é através da troca idéias, é na paz que vamos construir aquilo que todos queremos, que o governador Luiz Henrique da Silveira quer, que os deputados aqui querem e que os professores querem. Mas não é desta maneira, agredindo com palavras de baixo calão, que vamos conquistar alguma coisa dentro desta Assembléia Legislativa.

Eu sempre defendi e defendo a ética na política com relação às palavras que falamos, que dizemos, no modo como nos comportamos, no respeito com o companheiro. E hoje aqui, deputado Pedro Uczai, acho que não foi da sua vontade, mas v.exa. conseguiu jogar uma platéia contra um colega desta Casa, um grande colega, por quem tenho a maior admiração e a quem, tenho certeza, v.exa. também admira. Senti-me constrangido no plenário quando fizeram aquela coisa de todos ficarem contra um colega pelo qual tenho o maior respeito.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Vou dar-lhe oportunidade, antes do meu líder, de falar sobre esse assunto.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero fazer duas observações. Em primeiro lugar, são importantes esses processos mais tensos na Assembléia. Eu, por exemplo, vivi aqui, deputado Manoel Mota, no processo de *impeachment* do então governador Paulo Afonso Vieira, uma situação em que tentei falar por dez minutos, mas não consegui proferir duas frases porque os diretores de escolas estavam aqui e não havia como falar, porque havia um processo de reação e indignação popular.

Em segundo lugar, quero aqui, de forma humilde, dizer que estou há 20 anos na estrada defendendo a Educação e num processo emocional, quando vamos sendo derrotados - e o deputado Pedro Baldissera sabe das lutas dos movimentos sociais - numa política de carreira, pode ser que nos excedamos.

Já falei para o deputado Professor Grando - e já nos referimos à história extraordinária do professor Sérgio Grando - que, às vezes, quando há público presente, determinada fala pode dar uma repercussão de desqualificação pessoal, que foi o que parece ter ocorrido com relação aos deputados Cesar Souza Júnior, Darci de Matos e Professor Grando. Quero ter a humildade aqui de dizer que se eu me excedi, faço uma autocritica aqui não no conteúdo, no debate, porque nós vamos continuar debatendo, mas na forma. Se houve uma relação de desqualificação dos companheiros, de público, com toda a humildade e com a virtude que deve ter um parlamentar de manter uma relação amistosa com seus companheiros de Parlamento, faço uma autocritica, porque dentro de um processo de emoção, vai-se perdendo na relação pessoal.

Então, quero fazer esse registro tranquilamente. Não tiro nada do conteúdo da discussão, mas quando se cita nomes corre-se esse risco porque há uma platéia aqui. Quero fazer essa autocritica pública aqui em relação aos deputados Professor Grando, Cesar Souza Júnior e Darci de Matos, não no conteúdo político, mas nessa relação de citação pessoal.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu lhe concedi um aparte sabendo da grandeza de v.exa. e sabia que não seria de outra maneira a sua fala.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Pedro Uczai, isso me lembra o final do filme *Casablanca*, no qual, no momento da partida, a pessoa diz: "Esse é o início de uma grande amizade".

Nós, que sempre procuramos, como professor e como mestre, fazer política e jogar para o time e não para a torcida, aceitamos o seu pedido. Da minha parte quero dizer que realmente tenho um posicionamento, porque eu estava com a maioria dos professores. Nós também recebemos pedidos de muitos professores, que queriam o abono até para diminuir a diferença entre o maior e o menor salário. É isso que tinha que ser colocado, até porque o preço do gás, do ônibus, do feijão e do pão é igual para todos.

Além disso, a história de um homem ou de uma mulher não há quem possa negar ou destruir, porque a força motriz de um povo é a sua comprovação. Acho que esse é o início de uma boa caminhada e é assim que se faz política maior. Nós vamos ter oportunidade de nos manifestar a respeito desse projeto com as nossas diferenças e com respeito, porque entendo que a maioria dos professores quer o abono e não o percentual. Depois, em outros pronunciamentos, explicarei por que isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, amanhã usarei a tribuna, mas só quero fazer uma correção. O colega deputado Joares Ponticelli falou que os aposentados apanharam, mas os parlamentar que estava lá era o deputado Manoel Mota, como sempre ajudando os aposentados. E quero ter a honra de ajudar a aprovar um projeto para contribuir com os professores aposentados de Santa Catarina.

Cada momento é um momento. Quer dizer, o deputado Joares Ponticelli fala

numa coisa agora e no ano que vem, se ele for governo, mudará de opinião. Então, temos que ter um comportamento ético e profissional.

Amanhã falarei sobre a falta de respeito que tiveram com o deputado Darci de Matos, porque jogando o povo não é fazer a política de Joinville. Então, isso é o despreparo de um parlamentar que ainda não está preparado para exercer essa função aqui no Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais horário regimental, a Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que serão as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 26ª Sessão Ordinária do dia 9 de abril de 2008:

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0047/2007, de autoria do deputado Manoel Mota, em regime de prioridade;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0048/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0049/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0051/2008, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0052/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0059/2008, de autoria do deputado Julio Garcia; 0121/2007, de autoria do deputado

Jorginho Mello, em regime de prioridade; 0499/2007, de autoria do deputado Clésio Salvaro;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0011/2008, de autoria do deputado Jailson Lima; 0152/2007, de autoria do deputado José Natal, em regime de prioridade; 0332/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, em regime de prioridade; 0407/2007, de autoria do deputado Darci Mattos, em regime de prioridade; 0051/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, em regime de prioridade; 0512/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, em regime de prioridade; 0547/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0559/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus; 0592/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0619/2007, de autoria do deputado Manoel Mota; 0632/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 10-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Permanente de Apoio às Iniciativas e Projetos de

Combate a Dengue, integrado pelos Senhores Deputados Antônio Aguiar, Silvio Dreveck, Ana Paula Lima, Serafim Venzon, César Souza Júnior, Dagomar Carneiro, Narcizo Parisotto, Odete de Jesus e Professor Grando.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de abril de 2008
Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 278/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 009/2008, referente contratação de empresa especializada para substituição do forro externo em PVC no anexo do Palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra qualificada, obteve o seguinte resultado:

Lote Único -

Vencedora: MONTAFORRO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Valor Negociado: R\$ 39.900,00
Florianópolis, 10 de abril de 2008.

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 277/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 008/2008, referente ao fornecimento e colocação de carpet e manta látex, inclusos, material, equipamento, mão-de-obra especializada, obteve o seguinte resultado:

Item único - Fornecimento e colocação de 472,00m² de Carpet 10 mm e 472,00m² de manta látex no Plenário da Assembléia Legislativa do

Estado de Santa Catarina.

Vencedora: TAPETES E DECORAÇÕES PEDROSO LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 43.600,00
Florianópolis, 09 de abril de 2008.

ANTÔNIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 24 de abril de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 011/2008, destinado a AQUISIÇÃO DE 10.000 PASTAS EM CRISTAL PVC TRANSPARENTE, PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA 03 CORES, COM LOGOTIPO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 24 de abril de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 10 de abril de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 028/08

SASIEQ

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL DE INTEGRAÇÃO,
EDUCAÇÃO E QUALIDADE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A/C Presidente

Joinville (SC), 27 de Março de 2008.

Ref.: Documentos:

O SASIEQ - Serviço de Ação Social de Integração, Educação e Qualidade, ciente das suas responsabilidades junto à comunidade de Joinville, envia os seguintes documentos, conforme nosso procedimento anual:

- Relatório financeiro/07;
- Relatório de atividades/07;

Atenciosamente,

Narcélio Aguiar
Presidente do SASIEQ

Lido no Expediente

Sessão de 10/04/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 373, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MURILO SAMPAIO CANTO**, matrícula nº 0340, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PMDB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 374, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCIO HENRIQUE CAMISÃO**, matrícula nº 5343, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PMDB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 375, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADELQUI RECH**, matrícula nº 5405, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PMDB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 376, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR ADELQUI RECH, matrícula nº 5405, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PMDB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 377, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR CLAYTON DA SILVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PMDB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 378, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR CÂNDIDA DE OLIVEIRA TASSO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PMDB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 379, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 296/08, de 01/04/2008, que nomeou **FABRÍCIA ZUCCHI**.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 380, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PATRIC BORTOLI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Moacir Sopelsa).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 381, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LEONEDE CRESTANI**, matrícula nº 4282, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Romildo Titon).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 382, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LEONEDE CRESTANI, matrícula nº 4282, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Romildo Titon).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 383, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LEOPOLDO VALDEMAR DAGUINONE**, matrícula nº 5453, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 384, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LEOPOLDO VALDEMAR DAGUINONE, matrícula nº 5453, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 385, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSÉ AVERCINO FERREIRA**, matrícula nº 5454, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 386, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSÉ AVERCINO FERREIRA, matrícula nº 5454, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 387, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ELISETE ROSA MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 388, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RICARDO CÉSAR VIEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Flávio Ragagnin).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 389, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0444/2008,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **ADILOR GUGLIELMI**, matrícula nº 3237, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 6% (seis por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 1º de março de 2008.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 390, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Vilson Paulo da Silva	1916	3%	30%	01/04/08	0473/08
Moacir Sacenti	0992	3%	36%	31/03/08	0475/08
Vicente Cravo Di Pietro	1274	3%	36%	01/04/08	0476/08
Mario Eduardo Barzan	1266	3%	36%	31/03/08	0493/08
Jorge Segio Turatti	3025	3%	09%	31/03/08	0497/08
Valter José de Andrade	3721	3%	06%	18/03/08	0499/08
Edson Roberto Junkes	3852	3%	06%	31/03/08	0500/08

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 391, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0334/2008,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTODIO**, matrícula nº 1592, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 04/12/02 a 08/04/06 e de 03/07/06 a 29/02/08.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 392, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinqüênio		
1596	Paulo da Silva Pacheco	29/07/00	28/07/05	0434/2008
1585	Vaneó Niehues	03/12/98	02/12/03	0435/2008
1582	Silmara Quintão da Silveira	03/08/02	02/08/07	0436/2008
1579	Rita de Cassia A Coutinho	02/08/02	01/08/07	0437/2008
1558	Bernardete Carlessi	03/08/02	02/08/07	0438/2008
1544	Rose Meri Benedet	03/08/97	02/08/02	0440/2008
1544	Rose Meri Benedet	03/08/02	02/08/07	0440/2008
1537	Neusa da Silva Mattos	03/08/02	02/08/07	0441/2008
1418	Rejane Mari Paludo	28/12/02	27/12/07	0443/2008

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 393, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinqüênio		
1392	Raul José Lummertz Filho	03/07/97	02/07/02	0330/2008
1392	Raul José Lummertz Filho	16/09/02	15/09/07	0330/2008
0754	Anselmo Inácio Klein	28/01/03	27/01/08	0357/2008
1463	Iracema Verginia Martins	02/07/02	01/07/07	0369/2008
1876	Cleó Fátima Manfrini	19/03/03	18/03/08	0384/2008
0979	Flávia Maria de S. G. de Oliveira	16/01/03	15/01/08	0385/2008
1686	Edison Knapp	04/02/03	03/02/08	0431/2008
1606	Ana Maria Maia Ramos	03/08/02	16/03/08	0432/2008
1598	Sania Barreto Perfeito	03/08/02	02/08/07	0433/2008

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 394, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 274, de 31/03/2008, que exonerou BARBARA ZILLI WAGNER MATOS, matrícula nº 5628.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 395, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 275, de 31/03/2008, que exonerou ANTONITA KAL, matrícula nº 5631.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 396, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LIANE FENGLER**, matrícula nº 5205, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 397, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 011/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 398, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CRISTIAN JESUS DA SILVA**, matrícula nº 4866, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PT).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 399, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR CRISTIAN JESUS DA SILVA, matrícula nº 4866, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PT).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 400, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR FERNANDO COELHO CORREIA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Liderança do PT).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 401, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LAURO FISTAROL**, matrícula nº 5243, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 402, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LAURO FISTAROL, matrícula nº 5243, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 403, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **WILLIAM PERES**, matrícula nº 5236, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 404, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WILLIAM PERES, matrícula nº 5236, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 405, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MILENE STRELOW, matrícula nº 5210, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 406, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR THIAGO NEVES, matrícula nº 5629, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 407, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MANOEL ANTÔNIO PEREIRA FILHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Serafim Venzon).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 408, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALDO PEDRO FERRARI**, matrícula nº 5514, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 409, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALDO PEDRO FERREIRA, matrícula nº 5514, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 410, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JAMILE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5368, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 411, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JAMILE SANTOS DA SILVA, matrícula nº 5368, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 412, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALMIR JOSÉ PILON**, matrícula nº 3474, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 413, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALMIR JOSÉ PILON, matrícula nº 3474, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 414, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EDÉSIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Edson Piriquito).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 415, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDESIO INERCI MARCELINO, matrícula nº 5289, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Edson Piriquito).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 416, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DOUGLAS BONES GOETTEN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Deputado Edson Piriquito).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 417, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **HELOISA FURTADO BECKER**, matrícula nº 5584, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Gabinete da Presidência).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 418, de 10/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR LIANE FENGLER, matrícula nº 5205, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2008 (Gabinete da Presidência).

Hildo Tramontin
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 098/08**

Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê, com sede no município de Xanxerê.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê, com sede no município de Xanxerê.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,
Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê.

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê está presente em diversas atividades sociais do município, especificamente nos assuntos pertinentes a causa de cunho social, filantrópico e voluntário, pois as associadas não esperam remuneração nem participação nos fundos arrecadados.

Sendo assim, espero ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/08**

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 602

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, o projeto de lei complementar que "Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC e estabelece outras providências".

Florianópolis, 10 de abril de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 10/04/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina
Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

NESTA

Florianópolis, 04 de dezembro de 2007.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 026/07 - AGESC

Cumprimentando-o cordialmente, submetemos à elevada consideração e apreciação de Vossa Excelência Senhor Governador Luiz Henrique da Silveira, o **PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS (PCV)**, elaborado em consonância com as exigências próprias das Agências Reguladoras, com participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria de Estado da Administração e de outros órgãos do Governo do Estado.

A **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - AGESC**, assim, atendendo a Lei Estadual de regência (Lei n. 13.533/05) e observando toda hierarquia do Governo do Estado, ofertou minuta de Lei Complementar que contempla o reportado "PCV", o qual se encontra na Diretoria de Assuntos Legislativo para os tramites finais.

Lembramos a Vossa Excelência, que atualmente a **AGESC** possui um Convênio com a **SC GÁS** na fonte **(0119) recurso próprio**, cujo montante repassado, além de cobrir todos os compromissos financeiros desta **AUTARQUIA**, enseja um fluxo de caixa com capacidade de assumir, em sua totalidade, a folha de pagamento de seus colaboradores após a aprovação do referido **PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS (PVC)**.

Considerando, ainda, que a partir de 01 de janeiro de 2008 passarão a vigorar outros Convênios com as seguintes instituições: **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**, com respectivos '**TADS**' (**TERMO ANUAL DE DESCENTRALIZAÇÃO**), já aprovados; **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIO - ANTAQ**; **INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA - INMETRO**, e **AGÊNCIA NACIONAL DA ÁGUA - ANA**, acreditamos que haverá um sensível incremento na nossa receita mensal.

Tais convênios, que gerarão compromissos mais intensos a partir de janeiro de 2008, certamente não poderão sofrer solução de continuidade, sempre lembrando, neste passo, que atualmente nosso pessoal técnico é todo ocupado por servidores **ACTS**, findando sua recondução já ocorrida em 12 de fevereiro de 2008.

Considerando o fator tempo, e a necessidade imediata do **CONCURSO PÚBLICO**, nosso apelo é que seja o **PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS (PCV)** encaminhado com certa urgência pelos trâmites de praxe, mediante aprovação da Lei Complementar no âmbito do Legislativo Estadual, para que possamos dar seguimento à realização do aludido **CONCURSO PÚBLICO**.

Certos da compreensão de Vossa Excelência, desde já agradecendo as providências que forem ultimadas, aproveitamos do ensejo para reiterar nossos protestos de elevada consideração e apreço, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

ONOFRE SANTO AGOSTINI

Secretário de Estado, Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

FRANCISCO CARDOSO DE CAMARGO FILHO

Diretor Executivo - Agesc.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0012/2008

Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, destinado a organizar a Carreira de Gestor em Fiscalização e Regulação, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação, observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de carreira, possibilitando o crescimento profissional de forma horizontal, fundamentado na busca de maiores níveis de qualificação profissional;

II - transparência das práticas de remuneração, com valoração do vencimento nos diversos níveis e referências da estrutura da carreira;

III - reconhecimento da qualificação profissional por critérios que proporcionem igualdade de oportunidades profissionais;

IV - valorização dos servidores que buscam constante aprimoramento profissional com aplicabilidade no cotidiano das atividades de fiscalização e regulação; e

V - valorização pela definição de objetivos, com a criação de indicadores e a avaliação de resultados, permitindo que seja assumida particular relevância no compartilhamento das responsabilidades, com a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ações.

Art. 2º Nos termos da presente Lei Complementar fica criada a Carreira de Gestor em Fiscalização e Regulação, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação.

Art. 3º Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei Complementar, é adotada a seguinte conceituação:

I - Plano de Carreira e Vencimentos: sistema estratégico de remuneração, estruturado na forma de carreira, cargo, classes, níveis e referências de vencimento, que possibilitam o crescimento profissional do servidor de forma transparente, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional;

II - Quadro de Pessoal: quantitativo de cargo de provimento efetivo com as respectivas classes, definido de acordo com as necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC;

III - Carreira: perspectiva de crescimento profissional, fundamentada no desempenho eficiente e eficaz e no exercício de atribuições de maior nível de complexidade e de formação;

IV - Cargo de Provimento Efetivo: denominação dada a um conjunto de atribuições e responsabilidades, com denominação própria e remuneração paga pelo erário, integrante do Quadro de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC;

V - Classe: é a divisão da estrutura do cargo de provimento efetivo que agrupa um conjunto de atribuições e responsabilidades relacionadas com a formação, qualificação profissional ou desempenho profissional;

VI - Nível: graduação vertical ascendente existente no cargo, de acordo com a respectiva classe;

VII - Referência: graduação horizontal ascendente existente em cada nível;

VIII - Desenvolvimento Funcional: representa a possibilidade de crescimento na estrutura de carreira, por intermédio da progressão horizontal por tempo de serviço ou por qualificação ou desempenho profissional; e

IX - Enquadramento por Transformação: passagem do atual para o novo cargo, classe, nível e referência, criados por esta Lei Complementar, observando-se a correlação.

TÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 4º Fica criado o Quadro de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC composto pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Fiscalização e Regulação, constituído por 3 (três) classes, 09 (nove) níveis, cada nível com 10 (dez) referências, representadas pelas letras A a J, com quantitativo fixado pelo Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º As classes referidas no *caput* deste artigo possuem as seguintes especificações:

I - Classe I - conjunto de atividades relacionadas a serviços operacionais, de apoio e auxiliares da administração estadual, para cujo desempenho é exigido o grau de instrução de ensino fundamental, de acordo com a habilitação profissional;

II - Classe II - conjunto de atribuições inerentes às atividades de administração, para cujo desempenho é exigido o grau de instrução de ensino médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver;

III - Classe III - conjunto de atribuições técnico-administrativas de maior complexidade, para cujo exercício é exigido o grau de instrução de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver.

§ 2º As atribuições e a habilitação profissional para o exercício profissional do cargo nas respectivas classes estão previstas nos Anexos II, de A a C, desta Lei Complementar, podendo ser complementadas em edital de processo seletivo universal para cargo efetivo com novas habilidades e/ou experiências.

§ 3º O ingresso no cargo dar-se-á na referência inicial do nível inicial da respectiva classe, conforme disposto no Anexo II, de A a C, parte integrante desta Lei Complementar.

TÍTULO III

DA CARREIRA

Art. 5º O crescimento e o desenvolvimento funcional do servidor na carreira dar-se-á pelas progressões nas referências e níveis, por intermédio das seguintes modalidades:

I - progressão horizontal tempo de serviço; e

II - progressão horizontal qualificação ou desempenho profissional.

Art. 6º Não terá direito a quaisquer das modalidades de progressão o servidor que:

I - estiver em estágio probatório;

II - estiver em licença sem vencimentos na data da progressão ou quando o período de licença corresponder de forma parcial ou integral ao período aquisitivo de cada progressão;

III - estiver, na data da progressão ou nos respectivos períodos aquisitivos, à disposição de órgãos estranhos à Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina;

IV - tiver recebido pena de suspensão disciplinar no período aquisitivo de cada progressão;

V - possuir falta injustificada superior a cinco dias no período aquisitivo de cada progressão;

VI - tiver retornado de licença sem remuneração no período aquisitivo de qualquer modalidade de progressão;

VII - sofrer prisão no período aquisitivo de cada progressão;

VIII - estiver, na data da progressão, em licença para concorrer ou exercendo cargo eletivo.

CAPÍTULO I

DA PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 7º A progressão horizontal por tempo de serviço consiste na passagem do servidor de uma referência para a imediatamente superior no mesmo nível ou da última referência para a inicial no nível posterior, limitado ao nível de qualificação profissional que estiver enquadrado na respectiva classe.

Art. 8º A progressão horizontal por tempo de serviço ocorrerá de dois em dois anos, de forma alternada com a progressão horizontal por qualificação ou desempenho profissional, no mês de aniversário natalício do servidor.

Parágrafo único. Será computado para a conquista do interstício referido no *caput* deste artigo, o tempo de exercício no atual cargo e o tempo acumulado no cargo anterior referente às promoções, desde que não considerado para quaisquer modalidades de progressão ou enquadramento.

CAPÍTULO II

DA PROGRESSÃO POR QUALIFICAÇÃO OU DESEMPENHO PROFISSIONAL

Art. 9º A progressão por qualificação ou desempenho profissional consiste na passagem do servidor de uma referência para outra imediatamente superior no mesmo nível ou da última referência para a inicial no nível posterior, limitado ao nível de qualificação profissional que estiver enquadrado na respectiva classe, observados os seguintes critérios:

I - 80 (oitenta) horas de capacitação para progresso na Classe I;

II - 160 (cento e sessenta) horas de capacitação para progresso na Classe II;

III - 240 (duzentos e quarenta) horas de capacitação para progresso na Classe III.

Parágrafo único. O servidor poderá conquistar a modalidade de progressão de que trata este artigo, independentemente das horas de capacitação, quando alcançar mérito por desempenho funcional, baseado na definição de objetivos, com a criação de indicadores e avaliação de resultados, permitindo valorizar a contribuição útil a cada órgão e o interesse público do seu desempenho, conforme critérios estabelecidos em regulamento a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Os eventos de capacitação deverão ter relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo servidor, devendo ser previamente homologados e registrados no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será objeto de regulamento do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Os cursos de formação, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior em nível de graduação, pós-graduação e os exigidos como pré-requisito para o exercício profissional em cada classe, não poderão ser considerados para fins de progressão por qualificação ou desempenho profissional.

Art. 12. A presente modalidade de progressão ocorrerá a partir de 1º de janeiro de 2009.

Art. 13. Somente serão computados para fins desta modalidade de progressão os cursos concluídos por servidor após o ingresso no serviço público estadual e homologados a partir de janeiro de 2003, exceto aqueles já computados para progressão anterior.

TÍTULO IV

DO VENCIMENTO, DAS GRATIFICAÇÕES E DA REMUNERAÇÃO

Art. 14. Os valores de vencimento das Classes, Níveis e Referências são os fixados no Anexo III, parte integrante desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os valores fixados correspondem à carga-horária de 40 (quarenta) horas semanais, preservada a situação funcional prevista no art. 53, da Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993.

Art. 15. As demais vantagens pecuniárias, concedidas em qualquer caráter, a título de adicional ou gratificação, percebidas pelos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, permanecem inalteradas e mantém os mesmos critérios de concessão previstos na legislação vigente.

Parágrafo único. O adicional de pós-graduação previsto no art. 33 da Lei Complementar nº 81, de 1993, será aplicado aos servidores da Classe III desta Lei Complementar, mantidos os critérios de concessão e percentuais estabelecidos pelo art. 6º da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006.

Art. 16. Aos Conselheiros do Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC fica assegurado o pagamento de gratificação, a título de *jeton*, por dia de convocação a que comparecerem, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), bem como o pagamento de diárias, a título de compensação de despesas, quando couber.

§ 1º Fica limitado a quatro o número de *jetons* por mês a que se refere o *caput*.

§ 2º O valor do *jeton* será majorado na mesma proporção e data em que forem reajustados os salários dos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

§ 3º O enquadramento na tabela de diárias da administração pública será feito por ato do Chefe do Poder Executivo.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os recursos financeiros necessários para fins de remuneração e progressão dos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, serão provenientes do Tesouro do Estado, assim como da Fonte 0119 concorrentemente.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à fiel execução da presente Lei Complementar, ouvido o Gestor do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO I

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor em e Fiscalização e Regulação	Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação	I	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Fundamental (Equivalente ao 1º Grau)	10		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor em e Fiscalização e Regulação	Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação	II	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Médio (Equivalente ao 2º Grau)	20		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor em e Fiscalização e Regulação	Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação	III	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Nível Superior	40		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

ANEXO II - A

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação

CLASSE: I

NÍVEL: 1 a 3

REFERÊNCIA: A a J

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão do Ensino Fundamental

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

- 1 - executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio nas áreas de atuação (infra-estrutura, energia, saneamento e recursos, tecnologia e informação) da AGESC;
- 2 - executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do órgão;
- 3 - elaborar relatórios de apoio aos serviços administrativos da AGESC;
- 4 - executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos;
- 5 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
- 6 - executar serviços de cadastro em geral, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 7 - controlar atividades relacionadas com recursos humanos;
- 8 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos relativos a preenchimento e entrega de documentos;
- 9 - executar serviços de apoio à análise e encaminhamento de processos;
- 10 - executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, digitação, cadastramento de dados, manutenção e organização de arquivos;
- 11 - expedir registros e documentos em geral, sob orientação superior;
- 12 - secretariar autoridades superiores, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- 13 - integrar-se em projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
- 14 - executar outras atividades correlatas.

ANEXO II - B

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação

CLASSE: II

NÍVEL: 1 a 3

REFERÊNCIA: A a J

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão do Ensino Médio, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e registro no Conselho de Fiscalização do exercício profissional, quando houver.

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

- 1 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação e qualificação profissional;
- 2 - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional da AGESC;
- 3 - receber e montar os processos administrativos;
- 4 - coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos;
- 5 - redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação;
- 6 - auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- 7 - controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis;
- 8 - auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão;
- 9 - auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- 10 - conduzir veículos para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria "C", observada a legislação de trânsito vigente, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade e elaborar relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;
- 11 - executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação;
- 12 - executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico;
- 13 - executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros;
- 14 - executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências;
- 15 - executar atividades afetas à administração de recursos humanos;
- 16 - expedir registros e documentos em geral;
- 17 - secretariar autoridades;
- 18 - redigir expedientes relacionados às suas atribuições;
- 19 - participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos;
- 20 - fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios;
- 21 - prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 22 - prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos;
- 23 - realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação;
- 24 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

ANEXO II - C

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Analista Técnico em Gestão de Fiscalização e Regulação

CLASSE: III

NÍVEL: 1 a 3

REFERÊNCIA: A a J

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Conclusão de Curso de Nível Superior, relacionado às atividades da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, reconhecido pelo Ministério da Educação, com habilitação nas áreas definidas no edital do concurso e de progressão por formação e registro nos respectivos Conselhos Regionais do exercício profissional, quando houver.

JORNADA DE TRABALHO: 30 (trinta) horas semanais.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

- 1 - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de sua competência;
- 2 - realizar orientações, auditorias e audiências públicas;
- 3 - elaborar estudos, pesquisas e pareceres na sua área de atuação;
- 4 - elaborar relatórios, compilar informações e elaborar pareceres nos assuntos relacionados à sua área de atuação;
- 5 - pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- 6 - analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- 7 - analisar, diagnosticar e avaliar programas, projetos e ações relacionados à sua área de atuação;
- 8 - propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua formação;
- 9 - manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas atribuições;
- 10 - executar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- 11 - acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu setor;
- 12 - prestar assessoria e/ou consultoria relativas a assuntos de sua área de atuação;
- 13 - estudar e acompanhar o orçamento e sua execução físico-financeira;
- 14 - acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- 15 - desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- 16 - desenvolver estudos visando à implantação e/ou aprimoramento do sistema portuário;
- 17 - elaborar fluxogramas, organogramas e gráficos das informações;
- 18 - elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- 19 - fornecer subsídios técnicos para elaboração de anteprojetos de leis e decretos relacionados a assuntos de sua área de competência;
- 20 - emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- 21 - participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- 22 - acompanhar a execução dos contratos de concessão, permissão ou autorização de serviços públicos;
- 23 - elaborar estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- 24 - organizar e revisar fichários, catálogos e índices, por meio de processos manuais ou automatizados, possibilitando o armazenamento, busca e recuperação da informação;
- 25 - executar serviços de disseminação de informações, conforme o perfil de interesse do usuário, elaborando publicações correntes ou promovendo sua distribuição e circulação;
- 26 - elaborar registros de operações contábeis;
- 27 - fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de fiscalização e regulação de serviços públicos delegados ou não;
- 28 - executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional;
- 29 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais da AGESC.

ANEXO III**TABELA DE VENCIMENTO****QUADRO DE PESSOAL DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - AGESC****CARREIRA: GESTOR EM FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO****CARGO: ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

CLASSE	NÍVEL	REFERÊNCIAS									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	1	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
	2	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
	3	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
II	1	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
	2	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
	3	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00	900,00
III	1	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
	2	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00
	3	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/08**

Institui o "minuto da criança e do adolescente", momento de reflexão sobre os direitos integrais da criança e do adolescente nas reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e cívicas da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Art. 1º Fica instituído o "minuto da criança e do adolescente" momento de reflexão sobre os direitos integrais da criança e do adolescente nas reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e cívicas da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A leitura dos textos de reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente, elaborados a partir do contexto e da filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Declaração Universal dos Direitos da Criança, será precedida, alternativamente, pelos Parlamentares, por membros da Mesa Diretora, ou por pessoa da comunidade, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que livremente se inscreverem para o mesmo procedimento, desde que obedecida à essência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 10/04/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A presente proposta de resolução visa especificamente criar o "minuto da criança e do adolescente", momento de reflexão sobre os direitos integrais da criança e do adolescente nas reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e cívicas da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Pautados na leitura dos textos de reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente, elaborados a partir do contexto e da filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Onde os Parlamentares, os membros da Mesa Diretora, ou qualquer pessoa da comunidade, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que livremente se inscreverem para o mesmo procedimento, desde que obedecam à essência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nossa intenção legislativa é contribuir para a divulgação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, tornando efetivamente a Doutrina da Proteção Integral, que tem como pressuposto básico, que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento.

A Carta Constitucional em seu artigo 227 diz que: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Pelo acima exposto, esta é uma importante medida que irá colaborar para a reflexão, sendo assim, rogo a meus Pares apoio para ver aprovada esta resolução.

*** X X X ***